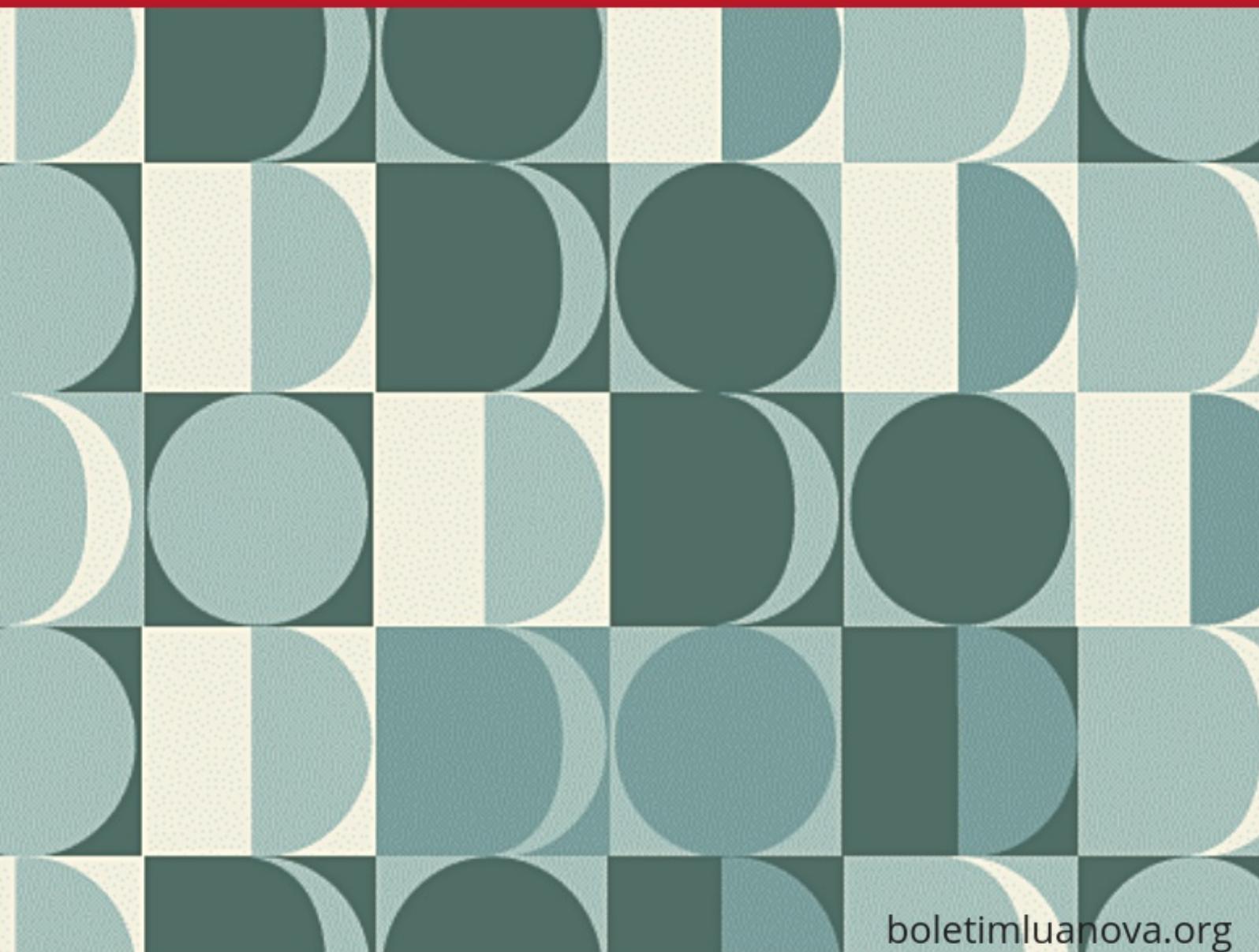




BOLETIM LUA NOVA

N.3, abril de 2019



boletimluanova.org



BOLETIM LUA NOVA
2019

Página web: <https://www.boletimluanova.org>

E-mail: boletimluanova@cedec.org.br

Comissão editorial

Álvaro Okura

Unicamp

Angelo Lira

*PPGRI San Tiago Dantas
(Unesp - Unicamp - Puc-SP)*

Carla Vreche

Unicamp

Isabella Meucci

Unicamp

Leonardo Octávio Belinelli de Brito

USP

Natália Mello

USP

Colaboradoras

Andréia Fressatti

Unicamp

Cornélia Crucean

Unicamp

Rodger Richer

Unicamp

Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC

São Paulo, abril de 2019



CONTINUAR A PENSAR A DEMOCRACIA

Car@ leit@r,

É com grande satisfação que apresentamos o terceiro número do Boletim Lua Nova. Coerente com a pluralidade de interesses e ideias que marcam esse espaço, o presente número traz diversos tipos de materiais que lidam com questões e objetos muito diferentes entre si, mas nem por isso carentes de articulações.

Por exemplo, são perceptíveis as conexões de sentido entre a entrevista do prof. Tullo Vigevani (UNESP), sobre o seu período como editor de Lua Nova, e o evento “As eleições de 2018 e o futuro da democracia no Brasil”, promovido pelo CEDEC em parceria com a Fundação Escola de Sociologia e Política (FESP) e o programa de pós-graduação San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC/SP), relatado aqui. Se o passado e o presente do CEDEC se vinculam nesses dois textos, não deixa de haver remissões importantes a questões que mobilizam tanto as pesquisas realizadas no grupo sobre Democracia e Desigualdades (DEMODÊ/UnB), apresentadas no ensaio de Rayani Mariano, como as reflexões da economista Laura Carvalho, cujo livro, *A valsa brasileira*, foram comentadas na resenha de Rômulo Manzatto.

Outro diálogo possível extrapola a situação brasileira, situando-a em perspectiva latino-americana. As resenhas de *Conversa cortada* (de Antonio Candido e Ángel Rama) e *Entre a nação e a revolução* (de André Kayser), escritas, respectivamente, por Max Gimenes e Isabella Meucci, tratam dos dilemas da compreensão e da ação dos intelectuais em realidades que, embora geograficamente próximas, carregam diferenciações inescapáveis.

Como é característico das publicações do CEDEC, também comparecem reflexões de largo fôlego teórico, como a apresentada no relato da aula inaugural do prof. Fernando Novais (USP/UNICAMP) ao curso de História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); e histórico, como apresentada por Roberta Soromenho na resenha de sua tese de doutorado sobre as linguagens da autoridade política na França durante o século XVIII. No âmbito das Relações Internacionais, a resenha de tese de Matheus de Carvalho Hernandez reconstrói o processo político de criação e desenvolvimento institucional do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), evidenciando o papel desse como ator internacional incontornável em matéria de direitos humanos.

Além dos conteúdos dessa edição, gostaríamos de destacar a iniciativa do Blog Boletim Lua Nova, lançado em fevereiro de 2019. Mantendo como objetivo

“Continuar a pensar a democracia”, esse espaço conta com colunas semanais de análise de conjuntura feitas por membr@s do CEDEC e especialistas convidad@s. Em dois meses e com mais de 20 colunas publicadas, o Blog tem buscado a inserção no debate público, o compromisso com a pluralidade e a defesa do regime democrático. Ao final desse número, o leit@r poderá conferir a lista das colunas já publicadas. Os Boletins anteriores estão sendo divulgados no Blog para que um número maior de leitores possa ter acesso às resenhas de livros recém-publicados, das teses defendidas nos últimos anos, aos ensaios bibliográficos, sùmulas de diversas áreas e às entrevistas. Há também disponível uma seção para que estudantes de todo o país enviem relatos de eventos ocorridos em suas universidades.

Por fim, diante da notícia de que o governo de Jair Bolsonaro planeja reduzir os investimentos nos cursos de Sociologia e Filosofia, com a justificativa de que há, por parte dessas áreas, falta de retorno para a sociedade, manifestamos nossa indignação e preocupação. Como revelam as notícias acadêmicas encontradas nesse Boletim e as colunas publicadas no Blog, essa pretensão não surpreende, dado que se trata de um governo marcadamente avesso ao espírito crítico e ao diálogo, duas características essenciais ao ensino e pesquisa em humanidades de alto nível. Diante desse cenário, reiteramos nosso compromisso em continuar a pensar e a defender nossa democracia em todos os espaços.

Comissão Editorial

Boletim Lua Nova

SUMÁRIO

Notícias acadêmicas.....	5
<i>Nota: Ciências Sociais Articuladas.....</i>	<i>5</i>
<i>Nota Conjunta da ANPOCS, ABA, ABCP, SBS e Fórum Brasileiro de Segurança Pública em defesa do Censo Demográfico 2020</i>	<i>6</i>
<i>Nota da ABCP sobre a sub-representação feminina</i>	<i>7</i>
Relatos de eventos.....	8
<i>As eleições de 2018 e o futuro da democracia no Brasil.....</i>	<i>8</i>
<i>História e Ciências Sociais.....</i>	<i>12</i>
Resenhas de livros.....	14
<i>ROCCA, Pablo (Ed.). Conversa cortada: a correspondência entre Antonio Candido e Ángel Rama: o esboço de um projeto latino-americano: 1960-1983 – Max Gimenes..</i>	<i>14</i>
<i>KAYSEL, André. Entre a nação e a revolução: marxismo e nacionalismo no Peru e no Brasil (1928-1964) – Isabella Meucci.....</i>	<i>17</i>
<i>CARVALHO, L. A valsa brasileira - do boom ao caos econômico – Rômulo Manzatto..</i>	<i>20</i>
Resenhas de teses.....	24
<i>De Reims a Varennes: as linguagens da autoridade política na França revolucionária – Roberta Kelly Soromenho Nicolete.....</i>	<i>24</i>
<i>O Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos e seu Escritório: criação e desenvolvimento institucional (1994-2014) – Matheus de Carvalho Hernandez.....</i>	<i>27</i>
Ensaio bibliográfico.....	29
<i>O grupo Demodê e algumas de suas contribuições para o debate sobre democracia e desigualdades – Rayani Mariano.....</i>	<i>29</i>
Memória.....	35
<i>Entrevista com o professor Tullo Vigevani.....</i>	<i>35</i>
Revisitando os clássicos.....	45
<i>Intuição e fantasia para a educação de todos - conversa com Paulo Freire.....</i>	<i>45</i>



NOTÍCIAS ACADÊMICAS

Essa seção pretende reunir informações e notícias acadêmicas que dialoguem com os interesses dos leitores da Lua Nova

NOTA: CIÊNCIAS SOCIAIS ARTICULADAS

As associações aqui reunidas vêm a público manifestar sua indignação e extrema preocupação face às recentes declarações da Presidência da República e do Ministério da Educação relativas ao ensino da filosofia e das ciências sociais no Brasil.

Trata-se de demonstração do mais completo desconhecimento sobre a ciência e sobre a produção do conhecimento científico. É tão equivocado e enganoso avaliar as diferentes disciplinas e a reflexão filosófica pela sua aplicabilidade imediata quanto desconhecer a importância histórica das ciências sociais e das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento de diferentes tecnologias voltadas à resolução de graves problemas da sociedade.

A reflexão das ciências humanas e sociais, incluída a filosofia, tem sido tão crucial para a formulação e avaliação de políticas públicas como para o desenvolvimento crítico das demais ciências. É inaceitável, portanto, que essas disciplinas sejam consideradas um “luxo”, passível de corte em tempos de crise econômica como a que vivemos atualmente no país ou de “rebaixamento” por motivação político-ideológica.

Associação Brasileira de Antropologia – ABA (Maria Filomena Gregori, Unicamp)

Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS (Carlos Benedito Martins, UnB)

Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP (Flávia Biroli, UnB)

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS (Renato Sergio de Lima, FGV)

Nota publicada em 26 de abril de 2019.



NOTA CONJUNTA DA ANPOCS, ABA, ABCP, SBS E FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA EM DEFESA DO CENSO DEMOGRÁFICO 2020

As associações nacionais que reúnem pesquisadoras/es, docentes, estudantes e profissionais das áreas de Ciências Sociais e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública manifestam sua preocupação com a proposta do ministro Paulo Guedes, em declarações feitas no dia 22 de fevereiro de 2019, de redução das informações coletadas pelo Censo Demográfico 2020, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Censo é fundamental para que seja possível conhecer a realidade do país e promover políticas públicas eficazes. A exclusão de informações do Censo Demográfico 2020 comprometeria as séries históricas de dados que permitem analisar, com base em evidências, mudanças no perfil populacional e padrões de desenvolvimento nacional e regionais.

Trata-se de um país de proporções continentais, diverso e que apresenta uma série de desafios para que os recursos públicos possam ser geridos com eficácia e dirigidos para as necessidades reais da população.

Ao longo dos anos, o IBGE tem demonstrado seriedade e competência na produção de bases de dados e, especificamente, do Censo. Na área de Ciências Sociais, acompanhamos esse trabalho e nos fundamentamos nos dados apresentados para análises e para a apresentação de alternativas diante dos desafios que esses dados evidenciam.

Restringir o censo vai contra o interesse público, na medida em que, com menos informações, a formulação de políticas fica comprometida, assim como a possibilidade de construção de um país mais justo. Não há desenvolvimento e justiça social sem conhecimento. Não há políticas públicas eficazes sem pesquisa que informe seus formuladores. A quem, afinal, interessa o desconhecimento?

*Confira o artigo “Censo demográfico: mais de um século de contribuições à sociedade brasileira”, do Prof. Paulo Jannuzzi, publicado no blog **Boletim Lua Nova**: <https://boletimluanova.org/2019/04/08/censo-demografico-mais-de-um-seculo-de-contribuicoes-a-sociedade-brasileira/>.*



NOTA DA ABCP SOBRE A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA

Sobre as recentes declarações do Presidente do PSL, que afirma que as mulheres não teriam interesse ou vocação para a política*, cabe esclarecer que ao menos desde os anos 1960, os estudos sobre mulheres e política demonstram que a sub-representação feminina é resultado de barreiras que impedem ou dificultam sua participação. Um dos momentos principais em que essas barreiras se impõem é justamente a construção das candidaturas junto aos partidos políticos.

No Brasil, a lei que garante 30% das candidaturas para um dos sexos na lista eleitoral partidária está embasada no reconhecimento de que a sub-representação das mulheres é uma injustiça. Elas são a maioria do eleitorado, mas têm sido deixadas de fora dos espaços em que são tomadas as decisões que as atingem diretamente. O Brasil é hoje um caso extremo, sendo um dos países do continente americano em que as mulheres têm menor acesso aos espaços decisórios, sejam eles cargos eletivos ou nomeações de primeiro escalão, como ministérios ou secretarias nos estados e municípios.

Só o preconceito, aliado à desinformação, explica que o presidente de um partido que tem hoje expressão nacional ignore que a sub-representação feminina nada tem a ver com disposições naturais, mas resulta de constrangimentos institucionais, sociais e culturais.

* <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/politica-nao-e-muito-da-mulher-diz-presidente-nacional-do-psl.shtml>



RELATOS DE EVENTOS

Essa seção contará com relatos de eventos das áreas de interesse daqueles que leem e publicam na Lua Nova

AS ELEIÇÕES DE 2018 E O FUTURO DA DEMOCRACIA NO BRASIL

Data: 12 de abril

Local: Fundação Escola de Sociologia e Política

Em 12 de abril de 2019, no auditório da Fundação Escola de Sociologia e Política (FESP), ocorreu o seminário “As eleições de 2018 e o futuro da democracia no Brasil”, organizado pelo Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (CEDEC) em parceria com a FESP, com o programa de pós-graduação em Relações Internacionais San Thiago Dantas (Unicamp/Unesp/PUC-SP) e com o Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI – Unesp). Participaram do debate os professores Marcos Nobre (Unicamp/CEBRAP), André Singer (USP/CENEDIC) e Sebastião Velasco e Cruz (Unicamp/CEDEC).

O presidente do CEDEC, prof. Andrei Koerner (Unicamp/CEDEC), abriu o evento informando ao público de que se tratava do primeiro seminário de um ciclo de debates que o centro promoverá para discutir o cenário político aberto com a eleição de Jair Bolsonaro (PSL). O coordenador da mesa, prof. Sebastião Velasco e Cruz, ressaltou que essa iniciativa retoma uma tradição do CEDEC em promover debates e reflexões sobre a conjuntura política. Destacou também que o evento ocorria em um contexto marcado por dois tristes eventos: o assassinato do músico Evaldo, alvejado por 80 tiros disparados por componentes de uma blitz do Exército brasileiro no Rio de Janeiro, e a posse de Abraham Weitraub como ministro da Educação.

O prof. Marcos Nobre foi o primeiro a fazer sua exposição. Destacando que sua apresentação se voltava para a prática política, Nobre se propôs a entender como funciona o governo de Jair Bolsonaro. Sua tese é a de que o caos pode ser um método de governo. Para indicar como isso é possível, o autor retomou seu argumento de que Bolsonaro se vê como um líder de uma revolução conservadora e, nessa condição, deseja realizar um governo anti-establishment.¹

Nobre retomou, então, o processo de crescimento político de Bolsonaro desde 2016 até agosto de 2018. Em sua avaliação, o professor de Filosofia da Unicamp identificou

¹ Esse argumento foi apresentado em texto de dezembro de 2018, na Revista piauí: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-revolta-conservadora/>



que o capitão reformado do Exército cresceu na mesma faixa de renda/eleitoral que ele denomina de “baixas patentes”, que seriam os componentes do “núcleo duro do bolsonarismo”. Quem seriam eles? Seriam membros das igrejas, do Judiciário, do mercado financeiro e políticos até então dominados que se rebelaram contra os seus (ex)dominadores. Esse núcleo duro do bolsonarismo seria mobilizado de maneira permanente pelas redes organizadas por Bolsonaro, entre as quais se destacam aquelas construídas e mantidas pelo Whatsapp.

Outro fator que teria colaborado para a ascensão de Bolsonaro teria sido o próprio comportamento do sistema político. De acordo com a análise de Nobre, os componentes desse sistema teriam como que dado duas opções aos eleitores em 2018: manter o sistema político tal como se encontrava ou destruí-lo. A opção por Bolsonaro revela que o eleitorado escolheu a segunda alternativa, uma vez que, além disso, a sua candidatura se colocava como representante de três das instituições mais bem-avaliadas pela população brasileira: família, igreja(s) e Forças Armadas.

No plano do exercício governamental, Bolsonaro precisaria, para se manter no poder, que as instituições políticas continuassem em situação de colapso. Ressaltando os perigos de comparar o presidente brasileiro com Donald Trump – uma vez que essa estratégia conteria o risco de normalizá-lo –, Nobre ilustrou sua argumentação recorrendo ao livro “Fear”, do jornalista norte-americano Bob Woodward², que explicaria o modo como funciona o governo dirigido pelo presidente republicano. Segundo Nobre, o livro de Woodward revelaria que o governo Trump é marcado por uma divisão entre os componentes do Partido Republicano, que ofereceria ao presidente um governo funcional – base de apoio congressual e quadros políticos para a administração pública – e a rede mobilizada permanentemente por Steve Bannon, responsável por manter um apoio decisivo ao presidente. Esses dois polos entrariam em permanente conflito, responsável também pela manutenção do governo. No caso brasileiro, ocorreria algo análogo. De um lado, teríamos os representantes das Forças Armadas no governo, desejosos de fazer o governo “funcionar”, e, de outro, as redes mobilizadas permanentemente. Esses dois polos se desafiariam constantemente. Nobre observou também que, diferentemente do Partido Republicano, os representantes das Forças Armadas no governo não constituem um partido, o que afetaria a sua capacidade de oferecer as funcionalidades requeridas pela administração pública.

A revolução conservadora identificada por Nobre terá seu destino decidido a partir dos resultados das eleições municipais de 2020 e nacionais de 2022. Nesse plano, o autor abordou o que entende ser a provável estratégia eleitoral do presidente. Segundo ele, como Trump, Bolsonaro não visaria governar para todos os brasileiros, mas sim para cerca de 40% da população; e, nos momentos-chave, apelaria para o medo ou

² O livro tem tradução para o português. WOODWARD, Bob. *Medo: Trump na Casa Branca*. São Paulo: Todavia, 2018.



qualquer outra estratégia capaz de conferir os votos faltantes para a vitória eleitoral. Diante desse quadro, Nobre argumentou que os partidos de oposição – em especial, o Partido dos Trabalhadores (PT) – e as instituições ligadas a eles seriam bloqueios para a reorganização de uma oposição efetiva, capaz de canalizar a mobilização social. Nesse caso, seriam necessárias novas bases e instituições capazes de fazê-lo.

O prof. André Singer iniciou sua exposição revelando as duas teses que pretendia defender: a) a de que as eleições de 2018 não foram marcadas pelo surgimento de um novo alinhamento eleitoral; b) que a democracia brasileira precisa ser pensada em chave dupla, na qual se alie tanto o problema propriamente formal da democracia como também os problemas sociais derivados do neoliberalismo.

Segundo Singer, apesar da surpresa geral com a vitória de Bolsonaro na eleição presidencial de 2018, o eleitorado brasileiro não se converteu para a extrema-direita. O problema seria mais específico. De acordo com o analista, o partido mais punido pelo eleitorado não foi, como se costuma pensar, o PT, mas sim o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), uma peça-chave do sistema político brasileiro. Para ilustrar sua argumentação, Singer recordou a percentagem de votos obtidos pelos dois partidos nos primeiros turnos das eleições presidenciais de 2014 e 2018: enquanto o PSDB obteve 34% em 2014 e apenas 5% em 2018, o PT obteve 42% em 2014 e 29% na eleição seguinte. Como, desde 1994, os primeiros lugares das eleições presidenciais brasileiras foram conquistados por esses partidos, e era de se esperar que o PT perdesse uma eleição depois de conquistar quatro vitórias consecutivas – como quase perdeu em 2014 –, o esperável seria que o PT perdesse para o PSDB. A surpresa foi que o eleitorado do PSDB escolheu um outsider. O fenômeno, aliás, não seria novo, como indicariam as eleições presidenciais vencidas por Jânio Quadros e Fernando Collor de Mello.

A lembrança dos casos dos dois ex-presidentes não foi fortuita. Segundo Singer, desde 2013, abriu-se uma conjuntura política radicalizada que pode ter sido inflamada pelo televisionamento do julgamento da Ação Penal 470, conhecida como “mensalão”. A questão da corrupção seria um tema especialmente caro à classe média brasileira e teria tido forte impacto nas eleições de Quadros, que elaborou sua campanha presidencial com o símbolo de uma vassoura capaz de “varrer a corrupção”, e de Collor de Mello, que dizia pretender caçar os “marajás”. Por que, então, o PSDB teria sido punido? Segundo Singer, pelo vínculo que estabeleceu com o governo de Michel Temer (PMDB), constantemente assolado por denúncias de corrupção. Em síntese: segundo Singer, uma parte do sistema político teria ruído, mas outra parte, aquela representada pelo PT, teria permanecido, embora derrotada.

No que se refere ao PT, Singer destacou que, a partir de 2011, abriu-se um novo ciclo na conjuntura internacional cuja marca distintiva é a adoção de políticas de austeridade fiscal – às quais Dilma Rousseff (PT) teria tentado resistir até 2014. Ao perceber que o segundo governo de Rousseff abriu mão das bandeiras defendidas em



sua campanha de reeleição, uma parcela dos eleitores lulistas teriam passado a rechaçar uma nova indicação de Lula, o que teria custado os 13% de votos faltantes para a vitória de Fernando Haddad (PT) em 2018.

Por outro lado, a popularidade de Jair Bolsonaro tenderá a cair, pois as políticas neoliberais de seu governo não gerarão renda, nem emprego. Que fazer? Nessa altura, Singer destacou, em primeiro lugar, a situação da democracia brasileira. Embora o calendário eleitoral brasileiro tenha sido mantido, restam dúvidas sobre o que aconteceria caso o “campo popular”, na designação de Singer, vencesse os pleitos – em especial, o presidencial – de 2018. Outro sinal do debilitamento da democracia brasileira seria a impossibilidade de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o maior representante do campo popular, em disputar as eleições de 2018 e, possivelmente, as próximas.

Diante dessas condições, seria preciso formar uma frente o mais ampla possível para manter a democracia brasileira e restaurá-la naqueles pontos em que foi danificada. Ademais, essa frente teria o papel de construir uma resistência ao neoliberalismo, representado pela combinação entre o teto de gastos público, a reforma trabalhista e a reforma da previdência. Estaríamos diante de um “contrarreformismo forte” levado adiante por uma ofensiva burguesa que não estaria mais a fim de conciliar, tal como propunha o lulismo.

Por sua vez, Sebastião Velasco e Cruz retomou uma série de notícias veiculadas durante 2018 para indicar que as eleições ocorridas no final daquele ano foram marcadas por uma certeza: a de que o favorito, Lula, não poderia concorrer e nem mesmo participar externamente delas, como teria indicado a proibição de que concedesse uma entrevista ao jornal Folha de São Paulo por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux, posteriormente ratificada pelo presidente do tribunal Dias Toffoli. Segundo Velasco e Cruz, as indicações feitas por Jair Bolsonaro e pelo general Eduardo Villas Boas – membro atual do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – sugeririam que Haddad não poderia vencer as eleições.

Ao comentar as exposições de seus colegas, Velasco e Cruz indicou que talvez Nobre pudesse incorporar em sua análise os papéis desempenhados pelos ministros Paulo Guedes (Economia) e Sérgio Moro (Justiça) como polos do governo e não como “senhores feudais”, tal como sugerida pela sua análise. No que se refere à exposição de Singer, destacou que a política externa brasileira indicaria também um terceiro problema: a questão nacional. O alinhamento aos Estados Unidos representado pelo governo Bolsonaro seria inédito na história política brasileira. Levando-se em conta também que integrantes da Operação Lava-Jato teriam fortes vínculos com organizações ligadas ao Departamento de Justiça dos EUA, seria o caso de imaginar que talvez estivéssemos diante de um processo de internacionalizações das estruturas estatais – o que representaria uma “transformação epocal”.



HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

Data: 21 de março

Local: Universidade Federal de São Paulo - Guarulhos

No dia 21 de março de 2019, às 18 horas e 30 minutos, ocorreu, no campus Guarulhos da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a aula inaugural do curso de História intitulada “História e Ciências Sociais”, ministrada pelo historiador Fernando Novais (USP/Unicamp). A apresentação do convidado foi realizada pela historiadora Wilma Peres Costa (Unifesp), que destacou a honra de recebê-lo em um momento tão crítico e tão complexo pelo qual nosso país passa. Ao encerrar sua apresentação, Peres Costa observou que as crises políticas são momentos fundamentais da experiência humana e também da experiência dos pesquisadores, aos quais caberia entendê-las para terem a capacidade de produzir ferramentas de compreensão da história.

Ao iniciar sua exposição, Novais lembrou o período em que era aluno do curso de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências (FFLC) da Universidade de São Paulo (USP), então localizada na rua Maria Antônia. Nessa condição, movido por forte curiosidade, Novais observou que adorava frequentar, além das aulas do curso em que era matriculado, as aulas dos cursos de Filosofia e Ciências Sociais. Segundo ele, a grande pergunta que o inquietava era a seguinte: “Qual era a distinção e semelhança entre Ciências Sociais e História?”. Esse foi o tema que debateria em sua aula, focada na relação entre as disciplinas do período pós-guerra até a atualidade.

O que diferencia a História das Ciências Sociais? De acordo com Novais, a História é uma disciplina muito mais antiga; portanto, seria algo extremamente importante analisar qual foi o impacto das Ciências Sociais sobre a História e não o contrário. Na História Cultural, o aparecimento das Ciências Sociais teria correspondido a algumas demandas histórico-culturais. A História já existia antes mesmo do capitalismo industrial ou da partilha do mundo. Mais: a História corresponderia à necessidade da memória social; ou seja, a sociedade precisa da memória, pois ela é o fundante instituinte social e responsável pela narrativa dos acontecimentos. Portanto, qual seria o objeto da História? O acontecer humano de qualquer tipo, em qualquer lugar e em qualquer momento, sabendo-se, no entanto, que é praticamente impossível reconstituir todos os acontecimentos. Isso significa que a História é indelimitável. Ao contrário da História, o que caracteriza o pensamento científico são dois aspectos: um objeto claramente delimitado e um método adequado a esse objeto. O objeto da História se caracteriza pela sua infinitude.

A partir do século XVIII, os historiadores passaram a se tornar cientistas pois, além de narrarem os acontecimentos humanos, passaram a explicá-los com os conceitos das Ciências Sociais. Isso aconteceu ao longo dos séculos XIX e XX, principalmente na



França. Os historiadores passaram a afirmar que houve um recorte epistemológico na História antes dos conceitos. Para o professor Novais, não há recorte epistemológico, pois a História se diferencia das Ciências Sociais porque ela tenta historicizar os conceitos, o que a coloca diante de problemas sem saída: para explicar, é necessário usar conceitos; mas em História, é preciso historicizá-los; para isso, é preciso conhecer a História; para conhecê-la é necessário compreender como os conceitos funcionam; para tanto, é preciso conhecê-los. A História precisa chegar ao individual, ao acontecimento, e é isso que a distingue das Ciências Sociais. A Ciência Social retrospectiva se diferencia da História Social.

De acordo com Fernando Novais, nas Ciências Sociais se recorta um objeto dentro das esferas da existência. Na História, é preciso não somente contar, mas reconstituir os objetos – os acontecimentos –, os quais, em si mesmos, não pertencem a uma só esfera da existência. Em poucas palavras, o historiador conceitua, explica para reconstituir. O cientista social reconstitui para explicar.

A relação entre Ciências Sociais e História no Brasil e na América Latina é complicada, pois quando se menciona as interpretações dos países, sempre há uma relação muito forte com a história, diferentemente dos Estados Unidos, onde não há a “mania” de interpretar o país, mas sim reconstituir sua história. Poucos historiadores teriam procurado interpretar o Brasil. No mais, os historiadores caracterizam a “nova história” por dois aspectos: I – busca por novos temas e II – a desconceitualização, ou seja, o abandono do uso de conceitos criados pelas Ciências Sociais.

Relato escrito por Lucas Vieira de Souza, mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e pesquisador assistente do CEDEC.



RESENHAS DE LIVROS

Essa seção conterà resenhas de livros recém-publicados que possam ser do interesse dos leitores de Lua Nova

RESENHA DE: ROCCA, PABLO (ED.). CONVERSA CORTADA: A CORRESPONDÊNCIA ENTRE ANTONIO CANDIDO E ÁNGEL RAMA: O ESBOÇO DE UM PROJETO LATINO-AMERICANO: 1960-1983. RIO DE JANEIRO: OURO SOBRE AZUL; SÃO PAULO: EDUSP, 2018.

Max Gimenes

Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP)

A correspondência entre dois indivíduos, documentação de caráter privado, torna-se de interesse público na medida em que revela informações sobre histórias de vida extraordinárias, sobre o funcionamento de uma área de atuação específica em determinado momento ou sobre a gênese e o processo de elaboração de uma obra. Nesse caso, o que poderia ser simples meio de comunicação circunstancial ganha relevância histórica e se transforma em importante fonte primária de pesquisa para especialistas e de conhecimento geral para o público mais amplo.

É esse, precisamente, o caso de *Conversa cortada: a correspondência entre Antonio Candido e Ángel Rama*, livro que revela informações interessantes em todos esses níveis. O início da interlocução, por exemplo, mostra o descompasso entre as diferentes inserções profissionais de cada crítico na fase da vida em que se conheceram, no começo de 1960. Enquanto o uruguaio Rama atuava sobretudo na imprensa e publicava apenas textos de fôlego mais curto, Candido já se profissionalizara como crítico literário acadêmico e publicara sua obra-prima, *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* (1959). Nesse momento, o crítico brasileiro alude às “condições materiais tão favoráveis para o trabalho” de sua “experiência de Assis” (carta de 22 de novembro de 1960), quando pôde se concentrar no trabalho intelectual, talvez até pelo isolamento geográfico imposto pela migração institucional para uma cidade do interior. Foi nesse período, por exemplo, que ele pôde se dedicar à preparação para publicação das teses acadêmicas que defendera nas décadas anteriores, *O método crítico de Silvio Romero* (1963)¹ e *Os parceiros do Rio bonito* (1964)², consolidando, assim, sua posição e influência acadêmicas. Enquanto isso, a atividade intelectual de Rama se dava com a intervenção no debate público por meio da imprensa, para a qual, aliás, buscou atrair a colaboração de Candido,

¹ Tese de livre-docência originalmente apresentada em 1945.

² Tese de doutorado em Sociologia apresentada em 1954.



convidando-o a participar da revista de cultura e política *Marcha*, ao que o crítico brasileiro, que a essa altura já se afastava progressivamente da crítica de imprensa e contribuía com ela apenas ocasionalmente, respondeu de maneira negativa, alegando justamente o foco no trabalho acadêmico naquele período (carta de 26 de abril de 1960).

É possível acompanhar também, ao longo da correspondência, o processo de incorporação do Brasil à identidade latino-americana da crítica feita na região, que era até então hispano-americana ou brasileira. Esse, aliás, é um dos interesses do organizador do livro, Pablo Rocca, em sua tese de doutorado, *Ángel Rama, Emir Rodríguez Monegal y el Brasil: dos caras de un proyecto latino-americano*, em cujo anexo documental foi reunida pela primeira vez a correspondência e que serve de base para as notas, o prólogo e a sugestão de bibliografia que complementam o livro. Em relação a esse ponto, há mais um descompasso inicial: quando se conheceram, Rama, por razões identitárias e linguísticas compreensíveis e no bojo de esperanças de integração latino-americana despertadas pela Revolução Cubana, possuía amplos conhecimentos sobre a literatura hispano-americana e já se interessava também pela cultura brasileira; Candido, ao contrário, demoraria para reverberar esse entusiasmo revolucionário, bem como para aderir mais ativamente ao latino-americanismo do colega uruguaio, o que aconteceria apenas na última fase de sua vida, no final da década de 1970, na esteira de sua aposentadoria e da abertura política que culminaria na redemocratização brasileira: “Espero daqui por diante ampliar o conhecimento da América Latina e trabalhar um pouco, na velhice, pela aproximação cultural entre os nossos países, à qual você se dedicou desde moço. Lembro que quando o conheci em 1960, esta já era uma obsessão sua” (carta de 27 de março de 1979). Essa adesão tardia à temática é curiosa se lembrarmos que o tema do curso de verão de Candido no Uruguai em 1960 tinha como tema justamente a “Unidade cultural latino-americana”. Porém, como ele próprio confessou em uma entrevista, o retorno que recebeu de um dos organizadores do evento foi de que suas aulas eram interessantes quanto ao método, mas revelavam conhecimentos limitados da literatura latino-americana em geral.

Seja como for, essa relação de “afinidade eletiva” entre eles repercutiu na trajetória e na obra de ambos de maneira decisiva. Talvez pela atuação mais “teórica” de um e mais “prática” de outro no momento em que se conheceram, são mais conhecidas as influências teóricas e metodológicas de Candido na crítica de Rama, como dos conceitos de “sistema literário” e “super-regionalismo”, ou as influências do ativismo latino-americanista de Rama na participação de Candido em projetos críticos de âmbito regional. Em relação a estes, vale destacar a redação do ensaio “Literatura e subdesenvolvimento” (1970) para a UNESCO, por indicação do colega uruguaio em 1967; a Biblioteca Ayacucho, lançada em 1974 com o objetivo de reunir toda a contribuição relevante da literatura e do pensamento latino-americanos para publicação e difusão com aparato crítico de qualidade, com contribuição de Candido na seleção de



autores e títulos brasileiros e na indicação de colaboradores para a preparação de cada um desses volumes, além da participação direta naquele dedicado a Sílvio Romero; o projeto de uma história literária da América Latina surgido no final dos anos 1970 por iniciativa da crítica chilena Ana Pizarro, no âmbito da Associação Internacional de Literatura Comparada (AILC), com participação de Rama e Candido, que resultaria mais de uma década depois em *América Latina: palavra, literatura e cultura*, obra em três volumes publicada entre 1993 e 1995.

Um aspecto aparentemente ainda pouco explorado pela literatura sobre Antonio Candido é a influência das ideias de Rama propriamente ditas sobre o colega brasileiro, por exemplo o impacto do livro *La generación crítica* (1972), que Candido recebeu e leu em primeira mão: “Achei-o exemplar como visão da literatura entrosada na cultura, e da cultura como visão orgânica da sociedade. Poucas vezes tenho visto uma solução tão forte e harmoniosa para este difícil problema, que é ver a sociedade do ângulo da literatura e a literatura do ângulo da sociedade, sem paralelismo mecânico, mas de um modo orgânico e vivo. De tudo resulta uma visão política e estética plenamente convincente” (carta de 15 de maio de 1973). Sem alongar a nota, basta dizer que o livro trata, entre outras coisas, da participação dos intelectuais na sociedade de modo muito semelhante à ideia de “radicalismo de classe média”, e que essa reflexão de Candido, com esses termos, surge pela primeira vez em entrevista concedida logo em 1974, tornando-se a partir daí tema bastante recorrente, na última fase de sua trajetória.

O livro contém, ainda, dois anexos do maior interesse. O primeiro deles é a correspondência de Rama e Gilda de Mello e Souza, entre 1976 e 1978, em torno da colaboração dela na seleção e apresentação das obras escolhidas de Mário de Andrade para a Biblioteca Ayacucho, o que daria ensejo para a redação do clássico ensaio *O tupi e o alaúde: uma interpretação de Macunaíma* (1979), publicado depois também no Brasil. Esse pequeno conjunto tem ao menos duas particularidades: seu valor literário, pela maneira como Gilda, com seu “temperamento de ficcionista” (a expressão é dela), maneja a escrita, criando uma voz subjetiva que, não obstante a narração de eventos objetivos relacionados ao trabalho, dá forma expressiva a emoções e sentimentos dramáticos, de modo a conquistar o leitor; e o interesse que desperta também do ponto de vista das relações de gênero, pois, entre as emoções e sentimentos que expressa estão a insegurança e angústia com o trabalho intelectual, num espaço que era então sobretudo de homens e causava dilaceramento interno às mulheres que buscavam, como Gilda, equilibrar carreira e família, quando a regra era a opção, preferencialmente pela última. Já o segundo anexo é o discurso de agradecimento de Candido ao título de doutor honoris causa recebido em 2006 da Universidad de la República, em Montevideu, ocasião que aproveitou para discorrer sobre sua relação afetiva com o Uruguai, que remonta à estadia no país vizinho não apenas do pai, como ele já sabia desde a infância, mas também do bisavô materno, provavelmente descoberta ao longo da pesquisa que realizou para contar a história desse antepassado em *Um funcionário da monarquia: ensaio*



sobre o segundo escalão (2002).

Entre cartas, bilhetes, cartões-postais e telegramas, somam oitenta e sete as comunicações reunidas no livro, que foram trocadas por Candido e Rama entre 1960, quando se conheceram, e 1983, ano da morte do uruguaio em acidente aéreo, a qual interrompeu o plano que tinham de voltar a se encontrar no ano seguinte, para dar continuidade ao trabalho que então realizavam no âmbito do projeto de história literária latino-americana capitaneado por Pizarro. Apesar de precocemente interrompido, esse conjunto documental não deixa de constituir um importante legado e ponto de referência para quem pensa o trabalho intelectual como participante das lutas emancipatórias, o que na periferia do capitalismo passa pela integração regional como forma de resistência a eventuais interferências imperialistas. Não é demais lembrar que, se o momento atual parece hostil a essas ideias, Candido e Rama enfrentaram ditaduras (e, no caso do último, também exílio em diferentes países), sem com isso perder as esperanças ou a determinação.

RESENHA DE: KAYSEL, ANDRÉ. ENTRE A NAÇÃO E A REVOLUÇÃO: MARXISMO E NACIONALISMO NO PERU E NO BRASIL (1928-1964). SÃO PAULO: ALAMEDA, 2018.

Isabella Meucci

Doutoranda em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

“(...) o conflito entre América Latina e marxismo converte-se em um problema teórico quando a prática constata um desencontro constante, uma espécie de mútua e secreta repulsão, que afasta a América Latina do marxismo (isto é, a realidade da teoria) e expulsa o marxismo da América Latina (isto é, a teoria da realidade)”
(FRANCO, 1982, p.11, grifo do autor)

A epígrafe acima, já bastante difundida entre os estudiosos do marxismo latino-americano, retrata um de seus maiores problemas: o permanente “desencontro” entre o materialismo histórico e a América Latina. O recente livro de André Kaysel, fruto de sua tese de doutoramento na Universidade de São Paulo (USP), nos fornece pistas para uma melhor compreensão dessa problemática, especialmente ao apresentá-la como pano de fundo de seu objeto central: as relações contraditórias entre o nacionalismo popular e o marxismo de matriz comunista no Peru e no Brasil. É o próprio recorte do objeto que possibilita um entendimento mais profundo do conhecido “desencontro”, visto que o marxismo de matriz comunista é compreendido em sua relação com o nacionalismo popular – ou seja, tanto a partir de suas tensões



quanto aproximações, em uma constante correlação de forças. Para tanto, Kaysel analisa as particularidades da formação dessas correntes no Brasil e no Peru, posteriormente indica como a relação entre ambas se estabeleceu em cada um desses países e, por fim, compara essas diferentes dinâmicas de aproximação e afastamento nos dois países.

Nessa esteira, cabe destacar que, ainda que o autor seja abertamente inclinado à corrente do nacionalismo popular, recorre a uma ampla bibliografia em seu empreendimento, mobilizando criticamente seus argumentos. Isso porque, como reforça André Singer no prefácio da obra: “embora explícito e aguerrido nas opiniões que professa, André não perde nunca o gume crítico do verdadeiro intelectual” (SINGER, 2018, p. 12). Kaysel não escreve para legitimar o que defende, mas informa uma leitura possível com base em reflexões que podem servir também a outras leituras.

É interessante ressaltar que o autor busca, na Introdução, relatar os caminhos da pesquisa que o levaram até o livro que temos em mãos. Essa alternativa permite que o leitor compreenda não somente as estradas que levaram ao destino final, como também expõe as dificuldades e percalços do trabalho intelectual, nem sempre visíveis, mas extremamente importantes para que a pesquisa acadêmica seja entendida como um processo que demanda tempo, leituras, questionamentos e incertezas. A escolha em apresentar tal trajeto aproxima o leitor do pesquisador, ao mesmo tempo em que, ao não omitir suas escolhas e obstáculos, fortalece os argumentos da pesquisa.

Um desses maiores obstáculos parece ter sido a própria nomenclatura e, obviamente, conceituação, de uma das correntes ideológicas em tela. Enquanto os grupos que enfatizam a noção de “classe” na composição das identidades subalternas podem ser melhor agrupados nas correntes ideológicas de esquerda de orientação marxista, tanto socialistas quanto comunistas, aqueles que reivindicam as noções de “povo” e “nação” perfazem uma corrente um pouco menos organizada, constantemente chamada de “populista” ou “nacional-popular”, e que pode estar circunscrita tanto à direita quanto à esquerda. Além disso, a auto identificação dos adeptos da primeira corrente costuma ser mais precisa do que na segunda.

A solução proposta pelo autor é o emprego do termo “nacionalismo popular” para tal corrente, caracterizada pelos seguintes elementos ideológicos básicos: oposição à oligarquia latifundiária e à presença espoliativa do imperialismo, responsáveis pelos males econômicos, políticos e sociais do subcontinente; defesa de reformas sociais e econômicas estruturais para solucionar o “subdesenvolvimento”; concepção policlassista dos sujeitos que empreenderiam tais mudanças, especialmente agrupados na ideia de “povo” e “nação”; uma ideia de “povo” que, embora fluida, não implicaria o apagamento dos antagonismos; a busca de uma “nova teoria” que fosse capaz de dar conta das especificidades de cada país ou do subcontinente como um todo; por fim, a defesa de certo “continentalismo”, ou seja, da integração econômica e política da América Latina, em clara relação com as ideias do período da



independência da região (KAYSEL, 2018, p.22-27).

Uma vez caracterizadas as duas correntes ideológicas, há ainda alguns conceitos fundamentais que são analisados antes que as relações sejam estabelecidas. Nesse sentido, Kaysel aprofunda as abordagens marxistas sobre a noção de “povo” e, posteriormente, a questão de “nação”. O primeiro capítulo visa, portanto, fazer uma revisão crítica da literatura sobre o “populismo” na América Latina, com ênfase em três vertentes do tema: o populismo como chave explicativa para certo momento histórico latino-americano; o fenômeno do populismo como modalidade de discurso político que pode emergir em contextos distintos e com diferentes conteúdos ideológicos; o populismo como conceito rejeitado por alguns autores devido às suas imprecisões. No segundo capítulo, para compreender a questão da nação e do nacionalismo para o marxismo, especialmente a complexidade de tal temática na América Latina, Kaysel relaciona as teorias de Benedict Anderson e Tom Nairn. Do primeiro, destaca a formulação da nação como “comunidade imaginada” enquanto do segundo apreende a ideia do surgimento do nacionalismo como fruto do desenvolvimento desigual do capitalismo mundial. Os dois primeiros capítulos acabam por contextualizar não somente os debates nos quais as duas correntes analisadas se inserem, mas também permitem compreender o núcleo central das divergências entre ambas.

Na segunda parte da obra, o autor especifica as particularidades da formação e desenvolvimento do nacionalismo popular no Peru e no Brasil. As diferentes origens dos dois movimentos são importantes também para o entendimento das distintas relações que estabeleceram com o marxismo. Para Kaysel, enquanto no Peru a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), símbolo do primeiro movimento nacionalista popular do subcontinente na década de 1920, origina-se em na sociedade civil em oposição ao Estado oligárquico, o trabalhismo brasileiro invoca a sociedade civil a partir do Estado.

Por fim, a terceira e última parte da obra compara as relações entre as duas correntes ideológicas no Peru dos anos 1920 e 1930 e no Brasil dos anos 1950 e 1960. As diferentes origens do nacionalismo popular, as posições próprias ao marxismo de matriz comunista e os distintos momentos históricos teriam levado também a caminhos contrários nessa relação: “Se no Peru, ambas correntes foram de uma origem comum ao antagonismo, no Brasil confluíram a partir de posições originalmente hostis” (KAYSEL, 2018, p.38).

Como buscou-se demonstrar aqui, as contribuições de *Entre a nação e a revolução* não se limitam à comparação da relação entre duas correntes ideológicas em dois países do subcontinente. O livro de André Kaysel também oferece uma interpretação acerca do populismo na América Latina, caracteriza e delimita o chamado “nacionalismo popular” e concebe uma análise crítica acerca dos dilemas das nações periféricas para o marxismo – talvez aqui uma das maiores pistas do conhecido desencontro. A obra,



portanto, torna-se incontornável para aqueles que buscam compreender a formação e os dilemas ainda tão atuais do pensamento político latino-americano.

Referências bibliográficas

FRANCO, Carlos. Apresentação. In: ARICÓ, José. Marx e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

KAYSEL, André. Entre a nação e a revolução: marxismo e nacionalismo no Peru e no Brasil (1928-1964). São Paulo: Alameda, 2018.

SINGER, André. Prefácio: entre classes e massas. In: KAYSEL, André. Entre a nação e a revolução: marxismo e nacionalismo no Peru e no Brasil (1928-1964). São Paulo: Alameda, 2018.

RESENHA DE: CARVALHO, L. A VALSA BRASILEIRA - DO BOOM AO CAOS ECONÔMICO. SÃO PAULO: TODAVIA, 2018.

Rômulo Manzatto

Economista (FEA-USP) e mestre em Ciência Política (FFLCH-USP)

O que aconteceu com a economia brasileira? Como passamos do boom econômico do final da década de 2000 para o atual cenário de verdadeiro caos? E mais importante, o que poderia ter sido evitado? Essas são algumas das perguntas que a economista Laura Carvalho procura responder em seu recente Valsa brasileira – do boom ao caos econômico, publicado em 2018 pela Editora Todavia.

Em suas quase duzentas páginas, o livro de Laura Carvalho se dedica à difícil tarefa de analisar o vaivém de nossa história econômica recente. A proximidade dos fatos, ao mesmo tempo que facilita a reconstituição, acaba por dificultar a análise sobre o que de fato ocorreu.

Dada a dificuldade da empreitada, seria a hora de Gildo Marçal Brandão – arguto analista da conjuntura política de sua época, nos lembrar da metáfora hegeliana da coruja de minerva, que só levanta voo ao anoitecer (BRANDÃO, 2005, p. 235).

Não obstante, Laura Carvalho conduz com leveza sua crônica da política econômica dos últimos anos. A qualidade do texto torna seu conteúdo acessível. Algo importante para uma área do conhecimento, a Economia, ainda vista como pouco simpática aos não iniciados.

Já os comentários de contracapa dão testemunho do alcance das ideias da economista e da diversidade de seus leitores. Os elogios são assinados por Maria da Conceição Tavares – das mais importantes figuras do pensamento econômico crítico brasileiro, por Mônica de Bolle, reconhecida economista de orientação liberal e



Gregório Duvivier, popular ator, humorista e apresentador. Para completar, o texto de orelha é de autoria de Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo e candidato à presidência da República nas últimas eleições pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Não por acaso, a capacidade de promover o diálogo em bases amplas é uma das principais qualidades desse livro, que pretende explicar a economia do país para seus principais interessados, isso é, os próprios brasileiros.

A autora – PhD em Economia pela New School for Social Research, é professora do departamento de economia da FEA-USP. Também ocupa o posto de colunista semanal do jornal Folha de São Paulo, de onde acompanha semanalmente a conjuntura econômica e política do país, exercício do qual esse livro certamente se beneficiou.

Em ritmo de crônica, a reconstituição do dia a dia da política econômica brasileira traz de volta cenas de um passado recente. Ainda estão frescas na memória de todos as votações do impeachment em TV aberta, assim como os vazamentos de áudios com menção a grandes acordos nacionais, logo seguidos de delações bombásticas.

Elementos que fizeram parte do cotidiano dos brasileiros, desde que a crise política do país adquiriu um ritmo capaz de deixar qualquer um aturdido, com menção justificada no livro pelo impacto que tiveram nos rumos da política econômica do país.

Grosso modo, pode-se dividir o livro de Laura Carvalho em dois planos. Um da reconstituição histórica, outro da análise. Nesse caso, a reconstituição tem caráter acessório, dá cor e concretude para a tese que o livro procura avançar.

A tese é a seguinte: na transição do primeiro para o segundo governo Lula, sua gestão teria colocado em pé um modelo de desenvolvimento capaz de conciliar expressivo crescimento econômico com um processo de inclusão social de grande magnitude. Um verdadeiro milagrinho econômico, nos termos da autora.

Já a política econômica do período posterior não seria tão bem-sucedida. No governo de Dilma Rousseff, o modelo de crescimento com inclusão que havia viabilizado o milagrinho seria progressivamente abandonado, com sensível piora no desempenho da economia do país.

Na tentativa de corrigir os rumos, a gestão de Dilma Rousseff teria depositado todas as suas fichas em uma aposta equivocada. Tudo isso para logo depois mudar de direção, aplicando um severo ajuste fiscal no início de seu segundo mandato, o que acabou por comprometer os pilares que haviam sustentado o milagrinho, abrindo caminho para a debacle econômica que viria a seguir.

Avançando sua tese, Laura Carvalho desenvolve em detalhes o que considera como os principais acertos da política econômica dos dois governos de Luís Inácio Lula da Silva. A economista recorda que, se é evidente que o governo Lula se beneficiou do excepcional impulso externo é também verdade que soube surfar com



habilidade a onda do superciclo das commodities.

Foi nesse período, afirma Carvalho, que se construíram os três pilares de sustentação do modelo de desenvolvimento do milagrinho. O primeiro, da distribuição de renda. O segundo, do acesso ao crédito. E o último, dos investimentos públicos.

Ocorre que o sucesso do milagrinho na promoção do crescimento com inclusão, deixava em evidência os limites do próprio modelo, assim como os limites estruturais da economia brasileira ao final da primeira década desse século, cuja superação talvez exigisse um milagre de maior tamanho.

Carvalho reconhece que o modelo do milagrinho não poderia se manter indefinidamente. Pelo contrário, no final daquela década, os desafios a serem então superados já podiam ser divisados com alguma clareza. Eram também três: o desequilíbrio externo e a estrutura produtiva; a persistente inflação de serviços e o aumento da concentração de renda no topo.

Dentre os caminhos possíveis para atacá-los, o novo governo de Dilma Rousseff parece ter escolhido os menos promissores. Entra então em cena o que a autora chama de Agenda FIESP, levada a cabo com determinação pela nova presidente.

Essa nova agenda de desenvolvimento tinha como principais objetivos a desvalorização da moeda brasileira – visando tornar mais competitivas as exportações do país. A contenção de gastos e investimentos públicos, assim como uma ampla política de desonerações tributárias, complementada pela grande expansão do crédito subsidiado via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Não por acaso, antigas reivindicações dos representantes da grande indústria do país.

Os resultados, como se sabe, foram desastrosos. O câmbio desvalorizado contribuiu para o aumento da inflação, colocando mais pressão sobre o custo de vida das famílias, com efeito adicional de inviabilizar o esforço para baixar a taxa básica de juros.

A pouco criteriosa política de desonerações teve grande efeito negativo na arrecadação do governo, o que, por sua vez, diminuiu ainda mais o espaço fiscal para o investimento público em infraestrutura física e social, debilitando também a demanda agregada.

Seguiram-se tentativas malsucedidas de micro gerenciar os problemas econômicos decorrentes, com grandes efeitos negativos em importantes cadeias de produção, como a do setor sucroalcooleiro. Por fim, a precipitação de uma crise econômica cujo legado parece ser o de outra década perdida ao país.

Como atenuante, é preciso lembrar que o impulso externo se mostrou bem menos favorável que no período anterior, ainda que seja forçoso reconhecer que o governo de Dilma Rousseff usou muito mal a margem de manobra de que dispunha.

Nem por isso a autora ignora as potencialidades não aproveitados do período de



crescimento anterior, do milagrinho. O modelo não estava livre de problemas, mas havia sido capaz de construir três sólidos pilares que poderiam ter sustentado uma construção mais ambiciosa.

Vale lembrar, foi no período do milagrinho que, pela primeira vez desde a década de 1980, se adotou um modelo de desenvolvimento capaz de garantir níveis expressivos de crescimento econômico.

Em visada mais ampla, é preciso destacar que o período do milagrinho foi conduzido por um governo democraticamente eleito pelo voto direto, o que não é pouca coisa. Afinal, a última vez que esses três elementos se combinaram – governo democrático, expressivo crescimento econômico e inclusão social – foi ainda antes de 1964.

Do livro de Laura Carvalho não nasce uma caracterização que demonize ou criminalize todos os aspectos da política econômica dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Tampouco a obra procura fazer um ajuste de contas com governos que teriam traído o mandato popular ao não avançar um projeto de reformismo forte. Nem por isso deixa de se posicionar.

A autora, por exemplo, considera que o impeachment de Dilma Rousseff foi aprovado tendo como base um casuísmo jurídico, mas não defende as más práticas de contabilidade pública que se tornaram comuns no segundo governo Dilma. Reconhece o câmbio sobrevalorizado como causa importante da falta de competitividade da indústria, mas não sugere a desvalorização da moeda nacional como condição suficiente para o estabelecimento de uma política industrial bem-sucedida. Identifica as limitações do modelo que sustentou o milagrinho, mas não considera que os erros posteriores teriam ocorrido somente por um suposto desvio da política econômica ortodoxa.

Ao construir suas posições com cuidado, a obra de Laura Carvalho vai criando para si um espaço em que transitar. A autora também desobstrui pontos do debate, com o intuito de propor senão um caminho, ou plano, ao menos alguma direção que possa orientar a retomada do crescimento com inclusão.

Seria o momento de um hegeliano como Gildo Marçal Brandão nos lembrar de levar até o fim a metáfora da coruja de Minerva, e assim reconhecer que toda reflexão, quando madura, anuncia algum amanhecer (BRANDÃO, 2005, p. 236). Que possa esse ser o caso da Valsa brasileira de Laura Carvalho.

Referências bibliográficas

BRANDÃO, G. M. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol 48, n. 2, 2005.

CARVALHO, L. A valsa brasileira - do boom ao acaos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.



RESENHAS DE TESES

Essa seção contará com resenhas de teses de doutorado, recentemente defendidas, feitas pelos próprios autores. O intento é divulgar a produção mais recente nas áreas em que a Lua Nova se destaca

NICOLETE, ROBERTA KELLY SOROMENHO. DE REIMS A VARENNES: AS LINGUAGENS DA AUTORIDADE POLÍTICA NA FRANÇA REVOLUCIONÁRIA.

Tese de Doutorado em Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017

“Tous les grains du sable semés par le destin sous les pas des fuyards font de Varennes l’emblème d’une revanche: celle de la contingence sur la nécessité historique” (MONA OZOUF, *La Révolution française et l’Événement*).

A pesquisa que fundamenta a tese intitulada *De Reims a Varennes: As linguagens da autoridade política na França revolucionária*¹ toma a distância entre Reims, terra da sagração real, e Varennes, povoado onde Luís XVI e sua família foram flagrados em fuga, como metáfora da erosão da linguagem da autoridade política (notadamente, o direito divino dos reis) e da concorrência entre os discursos de resistência às autoridades tradicionais e os que propuseram uma nova ordem política, com base em fundamentos teóricos e abstratos, na França setecentista (o constitucionalismo, o contratualismo, a eleição nacional, entre outros discursos). A tese apresenta duas contribuições essenciais à teoria política.

Em primeiro lugar, traz à luz uma temporalidade teórica manifesta em fontes tidas por menores pela grande tradição acadêmica (panfletos, brochuras, atas parlamentares e documentos administrativos e governamentais), o que obriga a colocar em questão o caráter da ruptura e do tempo revolucionário, seguindo o método de pesquisa assumido, o qual abertamente reivindica uma história dos discursos e das linguagens políticas da história, à maneira de John Pocock. Enquanto a historiografia ortodoxa do pensamento

¹ Trata-se de uma tese de doutorado defendida em cotutela com a *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. No Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (USP), a tese foi orientada pela professora Eunice Ostrensky. Defendida no seio do CRH-EHESS, a tese *De Reims à Varennes: Les langages de l’autorité politique dans la France révolutionnaire* foi coorientada por Frédéric Brahami. A defesa da tese ocorreu em 27 de setembro de 2017 e, no ano seguinte, foi agraciada com o prêmio Capes de Tese - edição 2018. Contato com a autora: robertasoromenhonicolete@gmail.com.



político tende a afirmar que a Revolução Francesa foi uma ruptura radical e, portanto, tende a buscar as razões para esse radicalismo nos grandes autores da filosofia (Rousseau, Mably, por exemplo), a argumentação da tese suspende os marcos temporais e mostra que a questão da legitimidade da monarquia está aberta dramaticamente desde a sagração de Luís XVI, em 1775, a partir de uma mudança no ritual da cerimônia, assim como mostra que não é em 1789, mas com o episódio de Varennes, que a questão da legitimidade e da natureza da autoridade é, de fato, recolocada em questão. Com efeito, não se adota um evento fundador em torno do qual o tempo (cronológico) se organizaria, mas um recorte que se arrasta de 1775 a 1791 e no qual interessa sinalizar a forte semelhança que as linguagens políticas do período revolucionário guardam com aquelas empregadas nas décadas anteriores – mais especificamente, durante a última coroação do Antigo Regime, em Reims –, já em circulação com propósitos de contestação da ordem vigente.

A prova mais contundente da variedade de discursos concorrentes para a legitimação da autoridade está na alteração da liturgia da sagração. Trata-se de um fato aparentemente anódino, mas que, em nossa tese, é apresentado como a tentativa deliberada do clero e do rei de eliminar outros discursos sobre a autoridade política e de alterar a percepção social sobre os elementos indispensáveis para a instituição do governo. Durante a última sagração, em 1775, o rei suprime da cerimônia justamente o momento do juramento ao povo – a atualização do acordo e das reciprocidades entre as partes contratantes, modo pelo qual Luís XVI recorre à linguagem convencional da monarquia e, em especial, ao discurso do direito divino. Mostramos, ainda, que tal modificação retórica do rei foi bem-sucedida, para empregar os termos de Quentin Skinner, porque diversos panfletos e brochuras reagem a tal alteração da cerimônia, disseminando discursos que evidenciam, por sua vez, o princípio da origem eletiva da monarquia francesa.

Portanto, a tese não adota um conceito ideal de autoridade ou de legitimidade; tampouco se toma um período da história como mera ilustração desses conceitos. Nesse sentido, embora não se trate de uma tese historiográfica, afirmamos que a tese é irredutivelmente histórica, pois identificar um debate político, em um contexto intelectual mais amplo, detectar as linguagens da política em que os autores e testemunhas desse período articulavam os seus discursos, bem como os limites do vocabulário normativo disponível em uma época específica, é um modo de refletir o pensamento político tendo discursos da história como ponto de partida.

Esta é precisamente a segunda contribuição da tese: a complexidade na qual a questão da legitimidade do poder se apresenta. Nas grandes obras filosóficas, a despeito da dificuldade “técnica” própria à sua conceituação, as questões são refletidas num sistema de forte coerência teórica. Mas em obras (citadas ligeiramente em uma nota de rodapé, deixadas à sombra dos monumentos publicados por um Montesquieu ou um Rousseau) como *L’Ami des lois*, de Jean-Claude Marivaux, *Le Sacre Royal*, Martin Morizot, *Le Catéchisme du citoyen*, de Guillaume de Saige, autores patriotas que reagiram à



monarquia após a última coroação, são sobrepostos a um conjunto de linguagens muito diferentes, que categorizam problemas políticos de forma diversa: a linguagem dos direitos, o contrato, a linguagem das leis fundamentais do reino, da história da nação, da longa duração. Ora, esse conjunto de linguagens distintas não oferece simplesmente a justaposição dos propósitos da filosofia política de Hotman, Rousseau, Hobbes, todos costurados pelo fio de ouro da retórica parlamentar ou patriótica. De fato, há nesses textos uma consistência específica, que certamente não é especulativa, mas que, no entanto, visa tantos efeitos práticos quanto desenvolve uma dimensão teórica singular. E vemos isso bem nas perguntas que esses próprios textos fazem: quais são os fundamentos e limites da autoridade tradicional? Existe no reino uma autoridade maior do que a da monarquia?

Com efeito, a tese mostra que nos textos e brochuras desse período, há uma mistura de princípios arcaicos e modernos, e que talvez seja essa mistura que lhes conferiu a sua eficácia – se fossem peças menores da literatura política, por que os panfletos de Saige e Marivaux teriam sido condenados ao banimento pelo parlamento? Além disso, a tese aponta como o discurso da vontade soberana da nação – como será articulado notavelmente por Sieyès em 1789 – deve-se menos a uma linha direta rousseauiana do que à lenta maturação no interior de um discurso jurídico, que reflete, mediante a história, sobre o direito público do reino. Uma das contribuições da tese, nesse sentido, é a de ter mostrado as posições dos atores e os deslocamentos das linguagens, a ponto de ser possível notar o discurso da vontade quase onipresente no solo francês (uma linha argumentativa que passa do capítulo 2 para o capítulo 4 da tese).

Por fim, a via histórica sustentada nessa tese nos leva a redarguir certa abordagem, segundo a qual há coerência apenas nos conceitos “os mais evoluídos”, isto é, os do presente. A apreciação do vocabulário político geral da época, das convenções linguísticas e das questões então apresentadas não são contribuições da tese para resoluções das questões políticas do presente e tampouco se poderia dizer que “atravessam o tempo”. Trata-se, afinal, de questões do contexto específico do século XVIII. Os textos são elementos de um discurso mais amplo, de acordo com as contingências que, se podem nos dizer algo, ensinam que, parafraseando Jean-Fabien Spitz, existem questões acerca da vida coletiva muito diversas das nossas. O reconhecimento dessa distância, todavia, não é assinalar com condescendência a alteridade e o passado, mas a possibilidade de tomar essa distância, de fato, como conhecimento dos nossos próprios contextos, do nosso próprio tempo. Lida nesse sentido, a tese mostra o quanto os historiadores e teóricos estão presos ao presente, mesmo que as suas referências estejam em um passado muito longínquo. Isso prova que o interesse pelo passado não faz dos historiadores dos discursos políticos simples diletantes. Enquanto a política ainda nos colocar questões – ainda que a questão nunca possa ser a mesma do passado – o ofício que se faz no cruzamento da teoria política e da história jamais poderá ser mera curadoria na galeria dos textos do passado.



HERNANDEZ, MATHEUS DE CARVALHO. O ALTO COMISSÁRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS E SEU ESCRITÓRIO: CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (1994-2014).

Tese de Doutorado em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

A tese O Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos e seu Escritório: criação e desenvolvimento institucional (1994-2014) teve como objeto o posto de Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e seu Escritório (EACNUDH). O objetivo do trabalho foi reconstruir o processo político de criação e desenvolvimento institucional da organização, no período 1994-2014, de modo a evidenciar como o ACNUDH/EACNUDH se constituiu e se mantém como um ator internacional incontornável em matéria de direitos humanos.

O argumento central do trabalho é que o ACNUDH/EACNUDH, uma instância do Secretariado da ONU surgida em 1993, é uma organização internacional de direitos humanos dotada de agência política. Essa agência é derivada do fato de o ACNUDH ter um mandato aprovado consensualmente pelos Estados na Assembleia Geral de 1993, da condição burocrática de seu Escritório, de sua posição institucional singular e da condição de referencial de legitimidade internacional alcançada pelos direitos humanos no pós-Guerra Fria.

O desenvolvimento desse argumento partiu de uma reflexão teórica que identificou uma lacuna analítica nos poucos estudos sobre o ACNUDH/EACNUDH; localizou as principais linhagens teóricas do campo de Organizações Internacionais, indicando a ocorrência de uma tendência majoritária a focos ampliados em detrimento das organizações internacionais formais; e sistematizou os pressupostos que subsidiam parte importante da produção sobre direitos humanos em Relações Internacionais, apontando a inexistência de estudos sobre o ACNUDH/EACNUDH nessa produção.

Expostas tais características, a tese propôs uma abordagem construtivista que não vincula a validade das normas internacionais e a agência das organizações internacionais à necessidade imprescindível de promoção da mudança de comportamento dos outros atores e partiu do pressuposto de que o ACNUDH/EACNUDH é uma burocracia. Subsidiada por essa abordagem, o trabalho, que se valeu de análise documental e entrevistas semiestruturadas com diplomatas, ativistas e funcionários do EACNUDH, organizou sua discussão em quatro partes.

Inicialmente, foram analisadas as tentativas de criação do ACNUDH durante a Guerra Fria, destacando-se as mudanças no teor da proposta ao longo do período e as tensões políticas que impediram sua aprovação. Todo o complexo processo de negociação da aprovação consensual da proposta no pós-Guerra Fria, que se estendeu



da preparação da Conferência de Viena à Assembleia Geral de 1993, foi o foco da parte seguinte. Em seguida, o trabalho apresenta o mandato, a estrutura, a trajetória de recursos materiais e de pessoal, o perfil dos mandatários e um panorama de seus mandatos, evidenciando uma tendência de fortalecimento institucional ao longo dos seus vinte anos de existência. Essas discussões forneceram as bases para a análise do desenvolvimento do ACNUDH/EACNUDH enquanto ator internacional politicamente relevante em matéria de direitos humanos, tema ao qual a parte final do trabalho se dedicou.

Essa análise foi promovida a partir da identificação das linhas perenes de atuação da organização. A partir disso, explicitaram-se as tensões políticas desencadeadas pelo ACNUDH/EACNUDH e as disputas ao redor do norteamento do seu mandato ao longo de sua trajetória institucional. A inserção possibilitada pela sua condição burocrática, as tensões deflagradas por sua voz pública, a atuação a partir de nichos não previstos por seu mandato original e as tentativas de controle à sua atuação vinda dos Estados foram identificadas pela tese como fortes indícios da agência política da instituição.

A tese, considerada a melhor tese em Ciência Política pela ANPOCS no Concurso de 2016, está disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281106>.



ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

Essa seção abarca ensaios bibliográficos referentes a temas de interesse dos leitores da Lua Nova

O GRUPO DEMODÊ E ALGUMAS DE SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES

Rayani Mariano

Doutoranda em Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB) e integrante do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê/IPOL/UnB)

No momento em que o Brasil e outros países enfrentam a ascensão de presidentes e grupos que buscam retirar direitos de mulheres, negros, LGBTI+, imigrantes e trabalhadores/as, adquire uma relevância ainda maior discutir de que forma o conhecimento e a produção relacionada à democracia e suas desigualdades tem se desenvolvido. Nesse sentido, os trabalhos do Grupo de Pesquisas sobre Democracia e Desigualdades (Demodê) da Universidade de Brasília (UnB), desde 2001, têm contribuído para compreendermos a democracia para além de seus procedimentos formais, e pensarmos como as desigualdades de gênero, raça, classe etc. interferem e dificultam o cumprimento de muitas das promessas liberais.

Desde seu surgimento, o grupo tem ampliado suas áreas de atuação, contando atualmente com as seguintes linhas de pesquisa: representação política e desigualdades; e as relação entre democracia e ativismo político, capitalismo, controle da informação, desigualdade racial e gênero. Coordenado pelos professores Luis Felipe Miguel e Tiago Aparecido Trindade, ao longo de sua história, o Demodê contou também com a participação das/os professoras/es Flávia Biroli, Danusa Marques e Carlos Machado. Além dessas/es, pesquisadores/as atuando em outras universidades, estudantes de pós-graduação que desenvolvem suas pesquisas sob a orientação dos coordenadores do grupo e estudantes de graduação bolsistas de iniciação científica e/ou orientandas/os também participam de suas atividades.

Tendo desenvolvido diversas pesquisas nesses 18 anos de existência, neste ensaio não há espaço suficiente para falar de todos os trabalhos e, por isso, opto por destacar as pesquisas que incluíram maior número de pesquisadoras/es e que contribuíram, dessa forma, com a aprendizagem e troca de conhecimento entre estudantes de graduação, mestrado, doutorado e professoras/es. Uma delas é a de estudos de gênero, na qual o grupo vem desenvolvendo pesquisas há muitos anos.

Em um contexto nacional e internacional em que há uma forte ofensiva



conservadora contra esse campo, acusado de promover a “ideologia de gênero”, refletir sobre as desigualdades e suas conexões com a política ganha ainda mais centralidade. No Demodê, as pesquisas relacionadas à gênero abarcaram diferentes aspectos conectados à democracia e às desigualdades, lidando com campos de conhecimento e espaços distintos. Assim, existem estudos relacionados à mídia que, por exemplo, buscaram observar como a cobertura midiática trata homens e mulheres políticos/as de formas distintas, contribuindo para reforçar estereótipos. Há trabalhos também que se atentaram para a produção acadêmica da Ciência Política no Brasil, mostrando como as desigualdades são discutidas nesse campo. Outras pesquisas ainda olharam para as desigualdades dentro da Câmara dos Deputados, buscando compreender como alguns direitos das mulheres, como ao aborto, têm sido disputados naquele espaço.

Nesse sentido, entre 2006 e 2014, três pesquisas desenvolvidas no grupo tratavam das conexões entre mídia, gênero e política: Determinantes de gênero, visibilidade midiática e carreira política no Brasil (2006-2010), Gênero e política na mídia brasileira (2008-2012) e Mídia, gênero e preferências políticas (2010-2014).¹ Entre seus produtos, está a publicação do livro *Caleidoscópio Convexo*, em 2011, escrito por Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli.

Em outro trabalho que resultou dessas pesquisas, Miguel e Biroli (2008) analisaram dados coletados por estudantes em três telejornais noturnos – *Jornal Nacional*, *Jornal da Record* e *Jornal do SBT* –, e de três revistas semanais – *Veja*, *Época* e *Carta Capital* – em períodos específicos dos anos de 2006 e 2007. Em relação aos materiais das revistas (reportagens, notas, editoriais etc.), foram produzidas 3.950 fichas, das observou-se que 20,6% do espaço ocupado nas revistas corresponde à categoria “política brasileira”. No total, o noticiário apresentou 32.533 personagens, sendo 80,4% masculinas e 19,6% femininas.

Em relação ao noticiário político, foram 13.001 personagens, sendo as mulheres 10,1% desses e os homens 89,9%, indicando uma sub-representação das mulheres políticas também na mídia. Entre as personagens mais citadas nas revistas, Heloisa Helena, a primeira colocada entre as mulheres aparecia na 20ª posição do ranking geral. Em relação aos telejornais, dos 12.077 personagens, apenas 22% eram do sexo feminino. Em somente 19,3% das matérias havia personagens não brancos. Em relação à política brasileira, houve 1.307 inserções, que poderiam ser reportagens, notas, entrevistas, comentários. Sobre o sexo dos/as personagens, nenhuma mulher aparece em 67,9% das inserções, enquanto os homens representam 83,9% delas.

As grandes pesquisas sobre mídia, gênero e política foram finalizadas antes do início do processo do golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff. Portanto, é importante refletir sobre o fato de que os resultados encontrados nessa pesquisa, que se iniciou há mais de dez anos, ainda são atuais. A obsessão da mídia com a forma como

¹ As três pesquisas foram financiadas com recursos do CNPq.



Dilma Rousseff se pronuncia, por exemplo, indica a diferença de tratamento que homens e mulheres recebem ocupando cargos políticos, já que a mesma obsessão não acompanha o atual presidente Jair Bolsonaro.

Ao discutir as questões de gênero nas revistas semanais analisadas nas pesquisas apresentadas anteriormente, Biroli (2010) argumenta que além “de reduzida e concentrada em poucas mulheres, a presença feminina nos noticiários é acompanhada por estereótipos e compreensões marcadamente redutoras sobre a participação política feminina” (BIROLI, 2010, p. 282). Uma nota publicada pela autora na revista *Veja*, em 26 de julho de 2006, afirmou que a cota de 30% de candidaturas femininas “não tem respaldo na realidade” já que “o interesse feminino pela política é muito menor do que o masculino” (BIROLI, 2010, p. 282). Treze anos depois e após uma mulher ter ocupado a presidência, o argumento ainda é atual, como pode ser visto na entrevista do presidente do PSL, Luciano Bivar, quando perguntado sobre os casos de deputadas laranjas do partido: “[A política] não é muito da mulher. Eu não sou psicólogo, não. Mas eu sei isso” (MATTOSO; BRAGON, 2019).

Outra grande pesquisa desenvolvida no âmbito do Demodê, que contribui para acabar com o falso argumento de que as mulheres não têm interesse na política, foi a de *Carreira Política e Gênero no Brasil*.² Em um trabalho que incluiu estudantes de graduação e pós, e as/os professoras/es Carlos Machado, Danusa Marques e Luis Felipe Miguel, foi montada uma base de dados sobre deputados e deputadas federais eleitos em 2002, 2006 e 2010. Esse material contém informações relacionadas tanto à trajetória política desses/as parlamentares, como os cargos políticos ocupados, quanto relativas às possíveis fontes de capital político (capital econômico, visibilidade na mídia, vinculação a religiões, capital familiar, participação em movimentos sociais e associações de classe e capital econômico). No total, a base reuniu 1.539 casos referentes a 983 deputados/as (foram considerados apenas os/as parlamentares eleitos/as, independente se haviam assumido o cargo ou não, e quando foram reeleitos/as, era adicionada na base mais uma entrada).

Em artigo publicado com base em parte dos resultados encontrados, Miguel, Marques e Machado (2015) explicam que a pesquisa objetivava preencher uma lacuna nos estudos tradicionais da área, explorando a questão do capital familiar em diálogo com os estudos sobre desigualdades de gênero. Os/as autores/as indicam que a fonte de capital político mais relevante é a ocupação de outros cargos públicos, seguida do poder econômico (56,9%) e do capital familiar (presente em 40,7% dos/as eleitos/as). A presença de família política cresceu de forma monótona e significativa no período pesquisado, sendo a categoria que apresentou maior aumento (10,7 pontos percentuais entre 2002 e 2010).

Além disso, apesar da família política ter uma importância maior entre as mulheres

² A pesquisa foi financiada com recursos do CNPq.



(estando presente em 53,1% das eleitas nas três eleições), ela não é irrelevante para os homens (39,5%). A diferença estaria relacionada com o fato de que os homens possuem mais alternativas, enquanto para elas a rede de relações familiares seria a opção mais clara. A pesquisa também atenta para diferenças regionais e partidárias importantes. Nas regiões Sul e Sudeste, 19,4% dos homens eleitos por partidos de esquerda possuem família política. Nas regiões Norte e Nordeste, 69,7% das mulheres eleitas por partidos de centro e direita possuem família política. Por fim, os/as autores/as reforçam que “o capital familiar é um objeto ainda pouco explorado. Mais do que alcançar um entendimento preciso do fenômeno, trata-se, no momento, de construir uma agenda de pesquisa” (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015, p. 741).

A pesquisa relacionada a deputados e deputadas, Direito ao aborto e sentidos da maternidade: atores e posições em disputa no Brasil contemporâneo,³ contou com a participação dos professores Flávia Biroli, Luis Felipe Miguel e Maria Aparecida Abreu (UFRJ). Também participaram diversas alunas da graduação, assim como mestrandas e doutorandas/os do Demodê. Nessa pesquisa foram fichados 915 discursos pronunciados por deputados/as federais no plenário da Câmara dos Deputados entre 1991 e 2014. Ao longo desse período de pesquisa, o debate sofreu alterações importantes, tendo o número de parlamentares que se pronunciavam a favor da ampliação do direito ao aborto diminuído concomitante ao aumento de parlamentares contrários a esse direito. Na última legislatura analisada, por exemplo, foram apenas cinco discursos favoráveis à ampliação do aborto (MIGUEL; BIROLI; MARIANO, 2017). Através dos dados, também foi possível perceber que havia uma maior organização de deputados religiosos e conservadores, os quais estavam se organizando de forma efetiva desde 2005, quando criaram a Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto, conseguindo derrotar projetos de lei que tramitavam em comissões que visavam ampliar o direito ao aborto.

Outra pesquisa desenvolvida no âmbito do grupo foi o Mapeamento da Ciência Política no Brasil.⁴ A coleta dos dados empíricos foi coordenada pela professora Danusa Marques e pelo professor Carlos Machado. Marques (2017) discute a produção dos periódicos *Dados*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* e *Lua Nova* entre 1986 e 2013. No total, foram analisados 2.253 artigos. Apesar das três revistas serem da área de Ciências Sociais, há uma predominância de primeiros autores da Ciência Política (36,3%). Quando se observam todos/as os/as autores/as, 860 artigos são dessa área. Do montante, 56,2% dos/as autores/as são vinculados/as a instituições do Sudeste, indicando uma relevante desigualdade regional na produção. Em relação ao sexo dos/as primeiros/as autores/as, Marques (2017) mostra também que 33% (284 artigos) têm mulheres como autoras.

3 A pesquisa foi financiada pelo edital MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA 32/2012.

4 A pesquisa foi financiada com recursos do CNPq, entre 2013 e 2016, em projeto coordenado pelo professor Luis Felipe Miguel.



Além disso, a autora discute como a relação entre democracia e desigualdade está presente nos artigos da Ciência Política. Desse modo, indica que em 79% deles o tema da democracia está presente, mesmo que de forma tangencial; e, 67,3% tratam de desigualdades. Enquanto isso, 57% dos artigos de cientistas políticos abordam os temas simultaneamente. Sobre como esses artigos abordam essas desigualdades e de quais desigualdades eles estão se referindo, Marques (2017) indica que as desigualdades mais mencionadas neles são: classe (16,3%), renda (12,6%), gênero (6,7%), raça (6,2%) e regional (6,7%). Porém, nem todos os artigos discutem essas desigualdades. Classe, renda e regional são as mais discutidas, presentes em 16,3%, 11,6% e 7,9% dos artigos, respectivamente, enquanto as outras praticamente não são debatidas. Para Marques (2017, p. 17), mesmo que muitos artigos tratem desse assunto, “os trabalhos publicados neste período de 27 anos, nos três periódicos selecionados, o fazem de forma superficial e, quase sempre, excluindo a maior parte das dimensões da desigualdade social e política”.

Desde 2015, o Demodê também participa da pesquisa Tendências contemporâneas da teoria política: as controvérsias sobre justiça e democracia, em conjunto com professoras/es da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), que faz parte do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) e tem possibilitado que estudantes de graduação, mestrando/as, doutorando/as e professores/as integrantes da pesquisa façam intercâmbios nas universidades participantes. Além dessa importante participação nesse programa de trocas, o grupo organiza, desde 2012, o Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades. Até o momento foram realizadas quatro edições do evento, possibilitando encontros e discussões de pesquisadores de diferentes universidades e de áreas distintas, como a Sociologia e a Economia.

As centenas de matérias analisadas, discursos parlamentares lidos e fichados, artigos científicos categorizados e biografias de parlamentares pesquisadas mostram a preocupação das pesquisas em produzir bases de dados consistentes e com informações relevantes, tanto para refletirmos sobre as desigualdades brasileiras quanto para pensarmos nas desigualdades internas à área da Ciência Política. Para além da produção de grandes bases de dados, há a preocupação em avançar no campo teórico. Dessa forma, os mais de vinte livros escritos e/ou organizados pelos/as coordenadores/as do Demodê e os inúmeros artigos publicados são parte dessa tentativa de conectar o teórico e o empírico.

Ao longo dos anos, além dessas grandes pesquisas que envolveram estudantes de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado e os/as professores/as, também foram desenvolvidas pesquisas individuais ou com a participação de estudantes. Destaco as pesquisas do professor Carlos Machado sobre raça, que têm contribuído para que essa desigualdade seja mais discutida na Ciência Política brasileira. Nesse sentido também estão as pesquisas do professor Thiago Trindade, atualmente trabalhando com as temáticas de movimentos sociais e protestos, em contínuo esforço por envolver



estudantes da graduação em suas pesquisas.

Muitas vezes, grupos como o Demodê são o primeiro contato de muitos/as estudantes de graduação com a pesquisa, o que faz com que eles/as continuem interessados e sigam carreiras acadêmicas. Essa tendência é muito evidente na história desse grupo. Danusa Marques e Carlos Machado, por exemplo, ingressaram quando ainda eram graduandos/as e depois, quando se tornaram professores/as e retornaram a UnB, voltaram a participar do Demodê, contribuindo para a formação de outras gerações de pesquisadores/as. O mesmo aconteceu com diversas/os outras/os estudantes, que iniciaram na graduação e continuaram até o doutorado.

Em um momento em que nossa democracia e direitos estão ameaçados, as pesquisas do Demodê mostram o potencial que a academia tem de analisar os problemas atuais e contribuir para sua interpretação e compreensão. Considero que o desafio, tanto para o Demodê quanto para outros grupos de pesquisa no Brasil que se preocupam com o país e lutam contra a injustiça e desigualdade, está associado ao diálogo dessas pesquisas com a sociedade. É preciso pensar em canais de troca mais permanentes e efetivos com quem está de fora da academia. Em um momento em que acadêmicos e militantes são perseguidos por se posicionarem a favor de direitos de grupos marginalizados, essa aproximação se torna ainda mais importante.

Referências

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. *Cadernos PAGU*, nº 34, jan.-jun. 2011.

MARQUES, Danusa. A Ciência Política, as revistas acadêmicas e o debate democrático: sobre o que trata a Ciência Política brasileira? 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política, Montevidéu, 2017.

MATTOSO, Camila; BRAGON, Ranier. 'Política não é muito da mulher', diz presidente nacional do PSL. *Folha de São Paulo*, 10 fev. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/politica-nao-e-muito-da-mulher-diz-presidente-nacional-do-psl.shtml>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Gênero e política no jornalismo brasileiro. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, nº 36, ago. 2008.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia; MARIANO, Rayani. O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 23, nº 1, abr. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputado. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, nº 3, 2015.



MEMÓRIA

Como forma de pensar o papel histórico e intelectual do CEDEC e de suas publicações, essa seção será composta por entrevistas de ex-editores da Lua Nova e ex-presidentes do CEDEC, nas quais se buscará pensar o caminho percorrido pelo centro, pela revista e os seus desafios para o futuro

ENTREVISTA COM O PROFESSOR TULLO VIGEVANI

São Paulo, 23 de novembro de 2018

Participaram da entrevista Angelo Lira, Isabella Meucci e Leonardo Octavio Belinelli de Brito

Professor, o senhor assumiu a editoria da Lua Nova em 1986, correto? Como ocorreu esse processo? O senhor já atuava no Cedec?



O idealizador da revista Lua Nova foi o professor José Álvaro Moisés. Ele elaborou o projeto juntamente com alguns outros pesquisadores do Cedec em 1983/84, lançando efetivamente a revista em 1984, em evento no Centro Cultural Vergueiro. O primeiro número corresponde a abril-junho 1984. Já o Cedec foi criado como um centro de pesquisa em 1976. Moisés havia sido um dos fundadores, junto com o Regis de Castro Andrade, Francisco Weffort, Fábio Munhoz e outros professores. A

professora Maria Victoria de Mesquita Benevides logo veio a participar também, bem como outros. A publicação regular inicial do Cedec foi a revista de Cultura e Política, da qual foram editados seis números entre 1979 e 1981. Nesse mesmo período foram publicados CEDEC Documentação e Caderno CEDEC, que após 1985, sob novo formato, teve continuidade. Em um contexto de grande efervescência intelectual e política no Brasil, no início dos anos 1980, que levou ao final dos governos militares em 1985, Moisés, com o respaldo da diretoria do Centro, fez o projeto de uma revista que poderíamos chamar a “meio caminho” entre uma revista de intervenção no debate público e uma revista acadêmica.

Se olharmos os números da Lua Nova até 1988, até o seu número 14 (abril-junho 1988), durante os seus primeiros quatro anos, veremos que muitos dos artigos são de reflexão intelectual, produzidos por intelectuais e acadêmicos, também políticos, sobretudo do MDB daquele período, e de outras correntes, particularmente as que se desprenderam daquele partido, como o foi em parte o Partidos dos Trabalhadores (PT), assim como de movimentos sociais ou religiosos, particularmente católicos. No entanto, não era uma revista



completamente acadêmica.

Nesse contexto, assumi a editoria. Por quê? Porque nas eleições parlamentares programadas para outubro de 1986, que elegeriam os constituintes, Francisco Weffort, que havia sido do grupo fundador e primeiro presidente do Cedec, e Moisés, que também estava na diretoria e depois foi presidente do Centro, pediram afastamento para se candidatarem. Weffort a deputado federal e José Álvaro Moisés a deputado estadual, ambos pelo PT. Nesse momento, fui chamado para ser o editor de Lua Nova. O primeiro número que assinei como editor foi o número 10 (outubro-dezembro 1986, Vol. 3, n. 2). Mantendo uma linha particularmente preocupada com a consolidação democrática e os direitos sociais.

Cabe um parêntese. Mantinha relações pessoais e intelectuais com o grupo formador do Cedec, particularmente com Moisés, desde mais ou menos 1975. Por razões, digamos de história pessoal, conhecia há muitos anos outros integrantes: Gabriel Cohn, Fábio Munhoz, Régis de Castro Andrade, etc. Havia saído do Brasil por questões políticas, em fevereiro de 1972, e estava morando na Itália, ainda que não propriamente exilado porque tinha nacionalidade italiana e não precisava do asilo, mas havia saído de fato da cadeia para a escada do avião, com o auxílio do Cônsul Antonio Di Stefano. Mesmo na Itália me preocupava bastante com os problemas do Brasil, por isso sempre fiz um esforço de vinculação com as questões brasileiras. Quando surgiu o Cedec, me dei conta que seria uma instituição intelectualmente significativa, interessante para se estabelecer relações, trocar ideias e, depois, publicações, como fizemos com várias outras publicações brasileiras no período.

Por quê? Trabalhava no Instituto que se chamava IPALMO,¹ que foi o Instituto para as relações entre Itália e os países da África, da América Latina e do Oriente Médio. Estava particularmente ligado aos temas do Terceiro Mundo e da América Latina. Do mesmo modo, colaborei com uma instituição que também se ocupava desses problemas, a Fundação Lélío Basso. Nessa qualidade, mantive correspondência via correio – na época, obviamente, não havia internet, então era correio mesmo – com Moisés. Quando cheguei ao Brasil, em dezembro de 1979, procurei velhos conhecidos, o que era natural, e também alguns que não conhecia de antes, entre eles, Moisés, que encontrei no Cedec ainda na sua primeira sede, na rua Monte Alegre, à frente da PUC-SP. Daí se iniciaram minhas relações com o Centro, com Moisés, que viria a ser o primeiro editor da Lua Nova. Passei a frequentar a instituição, a assistir algumas reuniões e seminários públicos de estudo e pesquisa. Finalmente, em 1986, quando trabalhava na Coordenadoria de Planejamento da Prefeitura de São Paulo e fazia doutorado no programa de pós-graduação em História da Universidade de São Paulo (USP), além de ser professor na PUC-SP e no Instituto Metodista de Rudge Ramos, a diretoria do Cedec resolveu me chamar para ser o editor da Lua Nova, provavelmente por estar vinculado à vida acadêmica.

¹ Istituto per le Relazioni tra l'Italia e i Paesi dell'Africa, America Latina e Medio Oriente.



Assim começou a minha atividade no Cedec, particularmente ligado à Lua Nova naqueles anos. A participação na redação de Amélia Cohn, Edison Nunes, José dos Reis Santos Filho, Luiz Eduardo Pereira Barreto Filho, Marília Fontana Garcia, Sérgio Adorno, e também Moisés, foram decisivos para a continuidade e consolidação. Havia colaborado com a revista *Politica Internazionale* do IPALMO, mas de forma modesta. Minha experiência como editor, em verdade, estava começando. Revendo a coleção da revista, pois não havia memorizado as datas, permaneci na qualidade de editor até dezembro de 1990, até o número 22. Esse número é aberto por artigo de Giorgio Napolitano. Portanto, fui editor durante cinco anos.

Com o incentivo do grupo dirigente do Cedec daquela época, amadureceu no Centro a proposta de transformar Lua Nova em uma revista propriamente acadêmica. Isso ocorreu em 1987 e 1988, três ou quatro anos depois de criada a revista. Essa proposta surgiu de forma razoavelmente natural. Resultava das dificuldades de divulgação de um produto “a meio caminho”, de intervenção no debate público e acadêmico, e que por outro lado encontrava dificuldade com sua editora. A Editora Brasiliense a publicou até junho de 1986, sendo assumida a partir daí, mas por um período breve, pela L&PM., que a editou até setembro de 1987. Em seguida assumiu a edição a Editora Marco Zero, permanecendo até dezembro de 1991, quando passou a ser editada diretamente pelo Cedec, como acontece até hoje, em 2018.

Esta passagem, de busca de um público amplo para se tornar rigorosamente acadêmica, que foi construída por muitos e levou, com os anos e sob a direção de outros editores, a revista a ser uma referência brasileira na área de Ciência Política, Sociologia e outras disciplinas, entre elas História, Direito, Filosofia, Relações Internacionais, foi fortemente apoiada, incentivada, por todo o conselho de redação da época (Amélia Cohn, Edison Nunes, Eduardo Kugelmas, Francisco Weffort, Gabriel Cohn, Gildo Marçal Brandão, José Álvaro Moisés, Leôncio Martins Rodrigues, Lúcio Kowarick, Maria Conceição D’Incao, Marco Aurélio Garcia, Maria Teresa Sadek, Maria Victoria de Mesquita Benevides, Regis de Castro Andrade, Rosa Maria Fischer). E por todos os pesquisadores ativos no Centro. O papel de Gabriel Cohn como editor, com a colaboração de Álvaro de Vita, depois de Cícero Araújo, mais adiante Élide Rugai Bastos e hoje Bruno Konder Comparato, foram da maior importância. Na reunião do conselho que decidiu a mudança, em meados de 1988, lembro que Weffort, Gabriel Cohn, Castro Andrade argumentaram solidamente a favor.

O primeiro número como revista assumidamente acadêmica foi o 15, de outubro de 1988. Sem romper com a lógica intelectual e de pesquisa anterior, desde o início, preocupou-se com temas inovadores e instigantes, com pesquisas no Brasil e no exterior. Com atenção para a América Latina. Neste número, folheando-o, vemos a presença de textos de Giorgio Napolitano, Adam Przeworski, Benjamin Ardit, entre outros.

A partir do momento em que se assumiu como revista acadêmica, consolidou-se ainda mais. Olhando para trás, com a vantagem do *ex-post facto*, podemos dizer que



teve sucesso. Como acabamos de lembrar, Lua Nova tornou-se uma revista acadêmica institucionalmente reconhecida. Dentro das categorias da CAPES, uma revista de primeiro nível nas áreas citadas.

Por que se deu essa transformação da Lua Nova, professor?

Por razões facilmente compreensíveis, olhando para trás. Aqueles anos eram de grande efervescência. Havia uma preocupação lógica em fazer uma revista que não estivesse voltada apenas para o público intelectual, mas que tivesse capacidade de participar do debate da sociedade brasileira, sempre com posições diferenciadas, não homogêneas. Diferentes concepções tiveram inserção efetiva na revista, tanto no comitê de redação, quanto no conselho editorial e, sobretudo, na definição dos artigos publicados, sempre submetidos a pareceres onde a avaliação de sua qualidade era decisiva. A ideia inicial de maior intervenção certamente presidiu o conceito de uma revista ágil, que pudesse ser lida por um público maior. Inclusive com linguagem amplamente acessível.

No entanto, verificou-se que esse formato não alcançava os resultados que dele se esperavam. Isto é, não conseguiu ser uma revista amplamente lida pelo que se chamava de “quadros médios”, aqueles que interviam em movimentos sociais, participavam do debate público. Era lida pelo público que depois continuaria a ser o da Lua Nova, ou seja, um público voltado para a reflexão e o estudo, em geral ligado à vida intelectual e à Universidade. Por isso, o conselho da revista e a diretoria do Cedec entenderam que seria importante dar vida a uma revista claramente voltada ao público acadêmico.

O interesse pelo novo formato e seu take off pôde consolidar-se e comprovou-se pela renovada iniciativa de proposta, inclusive pela realização de seminários de discussão de textos que em parte tornaram-se artigos da revista. Um deles, por exemplo, sugerido por Regis Castro Andrade, foi o de Jon Elster, discutindo marxismo e teoria dos jogos, publicado no número 17. Neste número, dedicado a questões conceituais para o estudo dos movimentos sociais, encontramos, entre outros, Alain Touraine, André Gunder Frank e Marta Fuentes, Alberto Melucci.

Quais foram os principais desafios enfrentados pelo senhor durante o seu período como editor da revista?

Como hoje sabemos, revistas acadêmicas e altamente especializadas no Brasil – acontece o mesmo em quase todos os países, mesmo os mais ricos – não se sustentam unicamente por assinaturas ou pelas vendas avulsas, mesmo quando conseguem alguma inserção publicitária. Elas precisam de financiamento de agências de apoio à pesquisa e ao ensino. Isso se acentua com a disponibilização pública online. Portanto, no campo dos recursos financeiros, tivemos vários tipos de problemas. Foram superados ad hoc. Discutiu-se a compra da revista por bibliotecas, universitárias ou não. Mas isso não foi alcançado. Outro desafio, normal, mas nem por isso corriqueiro, foi manter uma revista de alta qualidade



acadêmica. Mostrou-se um caminho viável e correto, visto que a revista completou 34 anos em 2018, o que pelos padrões internacionais de revistas, é longo. Portanto, tem um tempo importante de vida, que certamente a coloca entre as brasileiras atualmente consolidadas, adequando-se às novas formas de avaliação de qualidade, tendo permanentemente aumentado seu reconhecimento. O número de autores reconhecidos e de jovens com interesse em publicar em Lua Nova foi significativo desde aqueles anos e, pelo que estou informado, é um movimento que continua crescendo.

Para manter a qualidade da revista, além da demanda espontânea, o incentivo à busca de artigos significativos para publicação foi importante, uma preocupação essencial que contou com o entusiasmo dos pesquisadores do Cedec, lembremos de Amélia Cohn, de Pedro Jacobi, de intelectuais de outras instituições e de outros países. Também é um desafio, para qualquer editor de publicação com esse perfil, manter a qualidade editorial, o que quer dizer, por exemplo, traduções bem feitas, além da garantia de uma correta e boa apresentação para todos os artigos submetidos à revista para publicação, sobretudo com ideias inovadoras e sólidas. Há artigos da revista que marcam, digamos, um pouco do debate das Ciências Política e Sociais brasileiras até hoje. Um exemplo é o citado acima, o artigo de Jon Elster. Olhando a revista percebemos que estão publicados trabalhos importantes e que sinalizaram o campo das Ciências Sociais brasileiras. Há número temáticos que abrem ou aprofundam debates: democracia e socialismo, transições políticas na América Latina, movimentos sociais, questão agrária e urbana, etc. Sem dúvida, há outras revistas muito importantes na área de Ciências Sociais no Brasil como a Revista Brasileira de Ciências Sociais, Dados, Novos Estudos Cebrap, também Revista Brasileira de Ciência Política e Contexto Internacional, na área de Relações Internacionais. Lua Nova teve uma contribuição. Ao folhear a coletânea de 1988 até hoje, 2018, encontramos textos de referência.

Quem eram os autores potenciais? Como se fazia a distribuição da revista nos tempos iniciais?

O Conselho de Redação, depois Conselho Diretor, fazia algum tipo de seleção: considerando tema prioritário do número a ser publicado e qualidade científica. Essa seleção dava-se depois de considerados os pareceres de especialistas. Até o número 14, portanto até o segundo semestre de 1988, a redação solicitava artigos, em alguns casos fazia entrevistas, outros eram propostos por autores, outros ainda eram sugeridos pelos conselheiros ou pelos pesquisadores do Centro. Cada artigo era lido pelos integrantes do Conselho de Redação e enviado a especialistas com conhecimento específico a respeito do tema tratado – não existiam ainda as formas contemporâneas de seleção, que foram em seguida institucionalizadas por meio do SciELO. Portanto, a avaliação final era atribuição do Conselho: a estrutura promotora da revista dá suporte ao processo seletivo. Depois de recebidos os pareceres, feita a avaliação final, considerados inclusive aspectos técnicos, tamanho, etc., o artigo era publicado ou não. Outra questão: como dissemos, havia a recepção espontânea de artigos e também, como pode ser observado na coleção, havia números temáticos, alguns citados acima. Nesses



casos, a responsabilidade pela aceitação e mesmo pelo convite à colaboração era dos responsáveis, um editor sempre especialista acadêmico nos temas. Houve casos de solicitação de artigos a autores de alto reconhecimento e de traduções.

Tendo em conta que os membros do comitê editorial são acadêmicos de diferentes instituições, ou intelectuais não universitários, muitos possuíam inserção internacional, por isso havia, digamos, um olho atento para produção externa sobre determinados temas. Lua Nova teve desde início um elevado grau de internacionalização. Havia atenção especial e a indicação de artigos de impacto no panorama das Ciências Sociais em nível mundial, para eventualmente serem traduzidos e publicados na revista. Os exemplos citados vão neste sentido. Produção intelectual e resultados de pesquisas eram a matéria prima principal na qual a redação e os pesquisadores buscavam textos. Nesse sentido, cabe uma observação: apesar do Cedec ser um centro de pesquisa e ter tido, ao longo de sua história, desde 1976 até hoje – portanto durante mais de 40 anos –, uma história de pesquisas reconhecidas (movimentos sociais, sindicalismo, política internacional, direitos democráticos, instituições e partidos políticos, direitos humanos, questão urbana), para a publicação na revista não houve tratamento especial para a produção do Centro. A abertura para contribuições de todas as partes sempre foi constante e os trabalhos dos pesquisadores do próprio Cedec foram objeto de apreciação de pareceristas externos, como todos. Lua Nova teve seu núcleo composto por professores e pesquisadores das principais universidades de São Paulo, na segunda metade dos anos 1980, sobretudo da USP, também de UNICAMP, PUC/SP, UNESP, dentre outras.

E a distribuição da revista, professor?

Ao falar dos problemas mais importantes da revista falamos da questão financeira e, sobretudo, da questão intelectual. Dissemos dos critérios de seleção dos artigos e dos temas. Mas havia outros problemas, que igualmente preocupavam bastante os que participavam diretamente do trabalho editorial. Como dissemos, um era o do financiamento da revista e o outro a relação com a editora que a produzia tecnicamente. Lembremos que no período em que fui editor, de 1986 a 1990, a revista era apenas impressa, e os meios para sua produção ainda tinham diretamente a ver com gráficas. A primeira editora da Lua Nova foi a editora Brasiliense, que a assumiu já em 1984. Depois, como sabemos, a editora Brasiliense entrou em crise. A segunda editora que aceitou a publicação da Lua Nova foi a editora L&PM de Porto Alegre, com papel destacado para um dos seus responsáveis, Flávio Kutzi. Isso durou pouco mais de um ano, de junho de 1986 a setembro de 1987. Os problemas das editoras e o número relativamente baixo de exemplares vendidos, aproximadamente 500 nesta época, incluindo assinaturas e venda avulsa, terminou levando ao encerramento da relação. Em seguida fizemos algumas outras tentativas, e a edição foi assumida pela Marco Zero, sendo seu diretor Felipe Lindoso. A relação com a editora foi encerrada em dezembro de 1991 por razões semelhantes às surgidas na relação com a L&PM.

A partir desse momento, tendência igual à que ocorreu com todas as publicações



científicas no Brasil, o CEDEC passou a editar integralmente a Lua Nova, isso desde janeiro de 1992, sendo editor Gabriel Cohn. O movimento nesta direção percebeu-se e iniciou-se antes. As dificuldades pairavam no ar. A publicação passou a ser administrada diretamente pelo próprio Cedec, o que continua até hoje. Mesmo com o trabalho técnico realizado por uma editora comercial, os custos integrais de preparação eram da instituição. A partir do início dos anos 1990, a publicação deveria encontrar seus meios de financiamento, pois seus custos pesavam diretamente sobre o Centro. As vendas avulsas ou por assinatura sempre se mantiveram abaixo do necessário para a revista se sustentar. A quantidade de exemplares impressos por número no período em que fui o editor foi de 1000, com alguma variação. Isto incluía as necessidades relativas às vendas (assinaturas e avulsas), também os intercâmbios, as doações a bibliotecas, as doações aos pesquisadores, e o estoque. A tendência desde o final dos anos 1980 foi a diminuição das vendas.

Essa tendência foi se consolidando, portanto a ideia de esperar que o faturamento pelas vendas financiasse a publicação foi paulatinamente abandonada. Os recursos advindos por esse caminho foram se esgotando. A partir daí foi crescentemente necessária a busca de fontes públicas, em particular das agências de financiamentos de pesquisas no Brasil como Fapesp, CNPq, CAPES, FINEP. Em alguns casos pequenos financiamentos específicos, da Caixa Econômica Federal por exemplo, ou de empresas ou órgãos públicos e privados. Por esse meio, excepcionalmente tivemos alguma inserção publicitária. Em resumo, os problemas principais eram garantir a qualidade acadêmica-intelectual e garantir a produção da própria revista. Diria que são os problemas de todo editor científico no Brasil, talvez no mundo, ao menos em muitas partes, particularmente na área de Ciências Humanas.

Na sua avaliação qual foi a recepção e impacto da revista?

Realmente, eu não sei responder a essa pergunta. Hoje, em 2018, há mecanismos de avaliação de impacto que influenciam financiamentos, atratividade, etc. Na segunda metade dos anos 1980 não os havia, ao menos da forma como existem atualmente. Em ocasião da comemoração dos 15 anos do programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, San Tiago Dantas, da UNESP, UNICAMP e PUC/SP² disse também que não saberia avaliar qual foi a influência desse programa e se houve falhas. A mesma coisa poderia ser dita em relação à Lua Nova. Não há mensuração, estatísticas, números, a respeito da influência da Lua Nova naquele período, na segunda metade dos anos 1980. Não sei se há uma

2 Refere-se ao programa de pós-graduação interinstitucional San Tiago Dantas, organizado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). O evento mencionado foi o “15 anos de História”, fórum ocorrido entre os dias 17 e 18 de setembro de 2018. O blog Boletim Lua Nova produziu relato do evento: <https://boletimluanova.org/2019/02/18/forum-san-tiago-dantas-15-anos-de-historia-do-ppgri-std/>.



mensuração das citações de artigos da revista nas publicações, nas teses e dissertações no Brasil atualmente. Certamente não há uma série histórica dessas mensurações. O que posso reproduzir aqui é a observação empírica ou, talvez, se quisermos ser ousados, a observação qualitativa. Essa sugere que houve uma influência bastante significativa e a repercussão disso é o reconhecimento no meio acadêmico, inclusive de parte das agências de apoio à pesquisa, que têm classificado as revistas científicas. A influência dos artigos, dos temas, mas sobretudo sua utilização para pensar o Brasil contemporâneo, foi importante. Passado o tempo, estamos falando trinta anos depois dessa minha experiência editorial, vejo textos então publicados utilizados e citados. Depois disso a influência aumentou. Podemos dizer que a valorização do padrão democrático, do contraditório, das ideias de liberdade e de igualdade se manifestaram na revista.

Para um estudante dos dias de hoje, causa relativa estranheza confrontar o atual padrão de publicação científica em Ciências Sociais com o vigente na Lua Nova dos meados dos anos 1980, uma revista promovida por intelectuais diretamente vinculados à reflexão política. Como o senhor vê essa transição?

Chamaria a atenção para o seguinte, inclusive uma precisão: Lua Nova foi uma revista de reflexão, de análise política, mas não uma revista de intervenção política conjuntural. Certamente alguns dos autores podem e devem ser classificados como intelectuais públicos, em sentido amplo, como discutido por Jean Paul Sartre, Jurgen Habermas ou Norberto Bobbio. Se analisarmos os sumários, encontraremos entre os autores que foram publicados na revista, conceitos e posicionamentos distintos. De Claus Offe a David Held ou Giuseppe Boffa. De escolas de pensamento e tradições diferentes. A amplitude, o espectro de diferenciação foi bastante amplo, mas não ambígua ou agnóstica. Talvez possa ser dito que o padrão analítico que prevalecia nos anos 1980 era distinto do atual, mais especialmente nas áreas Ciência Política e Sociologia. O que não significa que não existam atualmente publicações de alto reconhecimento semelhantes.

O que aconteceu nos padrões? Essa é uma reflexão importante, mas estamos longe de chegar a qualquer conclusão. Lua Nova, como dissemos, foi e é uma revista aberta a vários campos, prevalecendo as duas áreas citadas. Com importante atenção a outras: já dissemos de Economia, Direito, Filosofia, História, Relações Internacionais. Autores desses campos reconhecidamente importantes no debate brasileiro e internacional foram publicados.

Em algumas áreas de conhecimento, inclusive Ciência Política e Sociologia, vem se fortalecendo, com foco nos Estados Unidos, também na América Latina e no mundo, desde o final dos anos 1990 os métodos quantitativos. Nas revistas internacionais mais importantes – o vejo particularmente nas revistas de Relações Internacionais, que acompanho melhor desde os anos 1970 – os métodos quantitativos são crescentemente prevaletentes. Cito um exemplo: uma revista de referência em Relações Internacionais é International Organization. A partir de 1995, aproximadamente, uma revista até então sem prevalência da lógica metodológica e



da análise quantitativa, passou a privilegiar esta metodologia. Em Ciência Política e Sociologia, a importância da metodologia e dos métodos quantitativos cresceram. Isso trouxe inegáveis ganhos, aumentou a precisão e fortaleceu a competência. Ao mesmo tempo, resultante também da experiência empírica, cabe perguntar se os aspectos não quantificáveis, de caráter histórico, psicológico, valorativo, antropológico, que contribuem poderosamente na formação das ideias não são essenciais “tanto quanto”. Em outras palavras, cabe refletir se as Ciências Humanas têm também fundamentais componentes multidisciplinares e se os objetivos normativos não têm também caráter científico estrito. Creio que a pergunta/consideração sobre se não causa “estranheza confrontar o atual padrão de publicação científica em ciências sociais com o vigente na Lua Nova dos meados dos anos 1980” embute essa discussão.

Lua Nova na década de 1980 foi uma revista mais voltada à análise qualitativa, à produção de ideias, com aspectos normativos. Ousaria dizer que isso continuou em seguida. Talvez seja isso que estabeleça a chamada “estranheza”. De fato, hoje em algumas importantes revistas, citei International Organization, há inúmeras outras, American Journal of Political Science também, de nível internacional, não é quase possível publicar sem forte discussão prévia da metodologia e demonstrações quantitativas.

Lua Nova, não sei dizer se pelo bem ou pelo mal, continua ligada à tradição clássica de análise política e sociológica. É correto, há uma diferença importante entre as revistas da área de humanas de 40, 50 anos atrás, e as revistas da área de humanas atualmente. O que não exclui que haja espaços de superposição e de continuidade com as formas anteriores. Creio que seja importante e positivo. Nem todos os elementos, por exemplo tudo o que se refere a valores e autopercepção, o processo de mudanças no mundo contemporâneo, aí entra toda discussão da globalização, podem ser aferidos apenas pelas análises quantitativas, ainda que essas contribuam fortemente para aprofundar o entendimento. A compreensão dos fenômenos, certas mudanças e a formulação de cenários muitas vezes precisam ser compreendidas com forte embasamento na História, na Filosofia na Psicologia, obviamente na Economia, todos temas bem considerados por Lua Nova. Não apenas como temas que se entrelaçam com os campos da Ciência Política e da Sociologia, mas que contribuem constitutivamente.

Qual seria a vocação e o perfil de uma revista como a Lua Nova para os próximos anos?

É importante a manutenção de publicações com esse perfil. Como dissemos, há mudanças nas percepções filosóficas e morais da sociedade que não podem ser exatamente captadas pelos métodos quantitativos. Há a necessidade de análises multidisciplinares, capazes de forte interpretação. No campo disciplinar de Relações Internacionais, por exemplo, autores clássicos – bastaria citar Karl Deutsch, mas o mesmo deve-se dizer em relação a Raymond Aron, e também Kenneth Waltz – afirmam que a política exterior e a visão de mundo, assim com as atitudes dos Estados não podem ser compreendidas se não há a consideração da memória, mesmo das idiossincrasias, detida pela população e pelos aparelhos



burocráticos do Estado. Quer dizer, a experiência e a forma como se processaram os fatos contribuem para a explicação do conjunto dos fatos políticos. A escolha racional, tema importante tratado por Lua Nova, seria portanto fertilizada pela combinação com outros inputs.

Nota do entrevistado: trata-se de uma entrevista, podem haver imprecisões em dados, fatos, números, nomes. O entrevistado pede antecipadamente desculpas, pois a memória é, muitas vezes, traiçoeira.



REVISITANDO OS CLÁSSICOS

Essa seção tem como objetivo destacar textos anteriormente publicados na Lua Nova que podem ter interesse para a conjuntura intelectual, cultural e política

Lua Nova vol.1 no.3 São Paulo, 1984

INTUIÇÃO E FANTASIA PARA A EDUCAÇÃO DE TODOS



Em alguma época de nossas vidas, quem sabe na escola, já ouvimos falar de Paulo Freire e seu famoso método de alfabetização. Os mais velhos ainda se lembram do furor que ele fez nos anos 60, inovando a concepção de alfabetização e de educação popular no Brasil. A proposta básica desse método era a educação pela conscientização política através da alfabetização. Ou, como ele prefere dizer, o ensino da palavra a partir da compreensão do mundo onde a palavra surgiu e existe.

Com o golpe militar, Paulo Freire teve de se exilar. Morou primeiro no Chile, onde, a convite do presidente Eduardo Frei, dirigiu com grande sucesso um programa de educação popular. Foi nessa época que ele escreveu suas obras mais conhecidas: Educação como prática de liberdade e A pedagogia do oprimido. Em 1970, mudou-se para Genebra, na Suíça, onde, a convite da UNESCO e como consultor do Conselho Mundial das Igrejas, fundou a IDAC (Instituição de Ação Cultural). Viveu em Genebra até 1979.

Com a anistia, Paulo Freire voltou e retomou seu trabalho de educador na PUC de São Paulo. O que mudou no seu pensamento nesses anos todos? Na sua opinião, quais são as prioridades para a educação no Brasil, hoje?

Marília Garcia e Edison Nunes, de LUA NOVA, foram ouvir o depoimento de Paulo Freire.

MARÍLIA — A experiência do exílio certamente mudou a sua visão do mundo e do Brasil. Como é que foi essa experiência?

PAULO — Indiscutivelmente, o exílio muda o exilado. E, em geral, a prática do exílio acrescenta sua própria existência. No momento em que chega à terra de empréstimo, o exilado ganha uma distância de seu contexto original, daquele



pedaço de mundo que ele conheceu. E logo começa a viver essa ambigüidade: de um lado, está sendo desafiado por algo novo diante dele; de outro lado, ele está amarrado e querendo continuar amarrado ao que ele viveu. Essa distância que ele toma do seu país é, ao mesmo tempo, uma distância geográfica e uma distância no tempo. Esse é um dos riscos graves que o exilado corre. O risco de se perder num tempo que ele, emocionalmente, imobiliza.

Eu não poderia ser uma exceção. Nos dezesseis anos de exílio, em que eu vivi andariando pelo mundo, meu tempo se desdobrou em múltiplos espaços. E durante todo esse tempo eu tentei sempre caminhar muito curiosamente e, ao mesmo tempo, ser fiel às minhas marcas de brasileiro. E a Elza, minha mulher, esteve sempre junto comigo nesse aprendizado.

Mas nós não fizemos disso uma espécie de nacionalismo barato. Nada disso. Para nós, a maneira nossa de falar, o som da voz da gente, um certo jeitão de dizer as coisas, a insinuação numa reticência... tudo isso tinha a ver com a nossa identidade cultural, de família de classe média. Esse esforço todo da gente foi feito como um direito fundamental do ser que está distante do seu meio. Em certo sentido eu e a Elza aprendemos isso tudo e testemunhamos aos filhos mais jovens. E nós não podíamos permitir que essa relação, entre nós, fosse mediada pela nostalgia e virasse razão de enfermidade. Ela devia, pelo contrário, ser motivo de saúde.

Eu faço diferença entre saudade e nostalgia: saudade é exatamente a falta da presença. Saudade era a falta da minha rua, a falta das esquinas brasileiras, era a falta do céu, da cor do céu, da cor do chão, o chão quando chove, o chão quando não chove, da poeira que levanta no Nordeste quando a água cai em cima da areia, do gostinho que a chuva faz brotar, do verde, do orvalho da manhã, da água morna do mar... Eu não tinha por que reprimir essa saudade. E mesmo, para criar, eu precisava ter essa saudade comportada. Ela era razão de ser para mim.

Com isso a gente aprendeu uma coisa fundamental: jamais transformar a saudade numa enfermidade que nos acabasse. Senão, nós teríamos necessariamente de começar a ter raiva do lugar em que a gente estava, como se fosse ele o culpado de estarmos longe do nosso meio. Por isso eu nunca tive raiva dos diversos lugares e comecei a querer ter a eles também.

E foi no exílio, com a distância, com as viagens, que eu comecei um novo processo de aprendizado. Imaginas tu o que significa para mim, em matéria de aprendizagem, em matéria de emoção, chegar à Índia e passar uma semana discutindo com um grupo de 25 educadores, que representavam diferentes Estados da Índia, às vezes com 50 milhões de habitantes? Em torno de uma mesa, eu via aqueles homens discutindo algumas das sugestões, das proposições que eu faço da pedagogia, alguns com seus turbantes, outros sem, e em certo momento era como se eu me visse com um turbante também. No fundo eu era um outro Paulo Freire, um Paulo Freire reinventando na Índia.

Isso tudo ensinou a mim, entre outras coisas, o dever de ser mais responsável, o dever de ser mais coerente, de brigar comigo mesmo para fazer coincidir, tanto quanto fosse possível, o meu discurso com a minha prática. Isso também me



ensinou a humildade de, tendo de voltar ao Brasil um dia, não pretender chegar aqui pensando que eu podia simplesmente começar a querer ensinar aos que ficaram.

Por causa de quem, mesmo, foi possível que eu voltasse? Eu sempre digo: os exilados internos tornaram possível a volta dos exilados externos. Como pensar então que eu pudesse voltar e dizer aos jovens brasileiros — alguns dos quais nunca tinham me visto, nasceram até depois de eu ter saído —, como pensar em dizer a eles: "Como eu ia dizendo em 1963, o método Paulo Freire...".

O único espaço em que eu podia fazer isso era o espaço da afetividade. A muitos amigos e amigas eu pus a mão no ombro, indo mansamente, gostosamente, e disse: "Como eu ia te dizendo em 1963, eu te quero muito". Só nesse espaço é possível dizer isso.

MARÍLIA — E, especificamente através da educação, o que mudou? Ainda hoje, a prioridade para o Brasil seria um programa de alfabetização em 40 horas? Ou há outras prioridades?

PAULO — Nos anos 60, a demanda popular pelo direito de ler e escrever a palavra vinha no bojo de reivindicações maiores, que eram as reformas de base. E essa reivindicação vinha também através da experiência de uma presença mais intensa e mais visível das massas populares no processo político nacional. Meu trabalho, nessa época, era principalmente uma resposta à demanda que emergia nesse momento histórico em que a presença popular tinha um grande significado.

Mas, pela própria ambigüidade do populismo, a intensa presença popular fazia mal à democracia dos dominantes, que têm horror ao povo. No Brasil, é engraçado, as classes dominantes falam muito de democracia, mas, toda vez que o povo chega, atrapalha a democracia deles. E foi o meu trabalho, que tomava como ponto de partida uma leitura do real, com o povo, que deu exílio para mim.

Ao contrário do que pensa muita gente, que me critica ingenuamente, meu exílio não foi fruto da irracionalidade da direita, que via comunismo em tudo. Meu exílio foi fruto do meu trabalho que fazia a relação entre ver a realidade e ler a palavra e escrever. E, certamente, o fato de eu propor ao alfabetizando que ele começasse a compreender a ambigüidade de populismo, que fazia parte da sua realidade, não podia agradar a nenhuma classe dominante. Foi isso, e não o medo do comunismo, que explicou o meu exílio. Se fosse apenas a questão do comunismo, haveria outros tantos educadores que poderiam ter ido para o exílio, e, no entanto, ficaram.

Um tempo de hibernação

MARÍLIA — E como é que esse Paulo Freire educador, que foi reinventado lá fora, teve de se reinventar de novo aqui no Brasil?

PAULO — Hoje, eu acho que a situação mudou muito. Em primeiro lugar, nós tivemos um longo período de silêncio mais uma vez imposto concretamente às



massas populares brasileiras. Esse silêncio ensinou às massas que o tempo era de parênteses, de hibernação. Historicamente, elas já tinham aprendido que qualquer movimento de cabeça, qualquer tentativa de protesto significava sempre uma cacetada, que inevitavelmente aparecia. O populismo ameniza as cacetadas. A repressão que volta as faz aparecer de novo. A repressão reativa o "desconfiômetro" das massas, reativa a sua manha necessária para sobreviver, e as massas não mais ficam pedindo nem mesmo alfabetização.

Depois do golpe, quando alguns grupos populares desejaram aprender a ler, esse desejo, por necessidade de defesa, se restringia à aprendizagem da palavra do ponto de vista do ba-be-bi-bo-bu. Não se manifestava o desejo de aprender a relação entre a palavra e o mundo, entre a palavra e a verdade. Por quê? Porque não é possível a discussão da realidade de onde vem a palavra, sem o pensamento. E não é possível o pensamento sem mundo, mundo onde se inclui também a classe social. A discussão do mundo de onde vêm as palavras é explicitamente política.

E o silêncio imposto às massas as fez reaprender facilmente que já não era mais tempo de estar discutindo sobre socialismo, capitalismo, populismo, mas era tempo só, no máximo, de aprender a palavra e a escrever a palavra. Eu te diria que esse tempo não chegou ainda a ser totalmente superado.

Entretanto, eu acho que agora começam a se gerar novamente as condições históricas e políticas para que se volte a fazer um trabalho que não é necessariamente de alfabetização no sentido lingüístico, mas um trabalho de educação popular baseado fortemente na leitura e na compreensão do mundo. É isso que eu costumo chamar de pós-alfabetização, mesmo quando não houve alfabetização ou educação.

Recentemente, a partir das reivindicações pelas diretas-já, nós percebemos que houve uma mudança de qualidade extraordinária no panorama político deste país. E essa mudança, que veio de baixo para cima, traz em si um não categórico, veemente, fantástico a esse espúrio Colégio Eleitoral fabricante de presidentes nomeados. E com as mudanças que ocorreram, em função da própria necessidade popular, hoje, eu acho que possivelmente a ênfase na alfabetização se deslocasse para uma visão mais ampla de educação popular.

Hoje, como ontem, como amanhã, cabe à educadora, ao educador com sensibilidade histórica e política, encontrar os veios da ansiedade popular. Por mínimos que sejam esses veios, partindo deles, estará dado o salto, não apenas para o esclarecimento de ansiedades populares, que é a ansiedade de arrepiar esta sociedade numa perspectiva socialista, correta, democrática e profunda.

O professor é diferente do aluno

MARÍLIA — A partir do momento em que se coloca ao educador essa quase missão de descobrir os veios da ansiedade popular, cria-se na dinâmica educador-educando (ou, professor-aluno) uma relação de poder, já que existe alguém que sabe mais e outro alguém que sabe

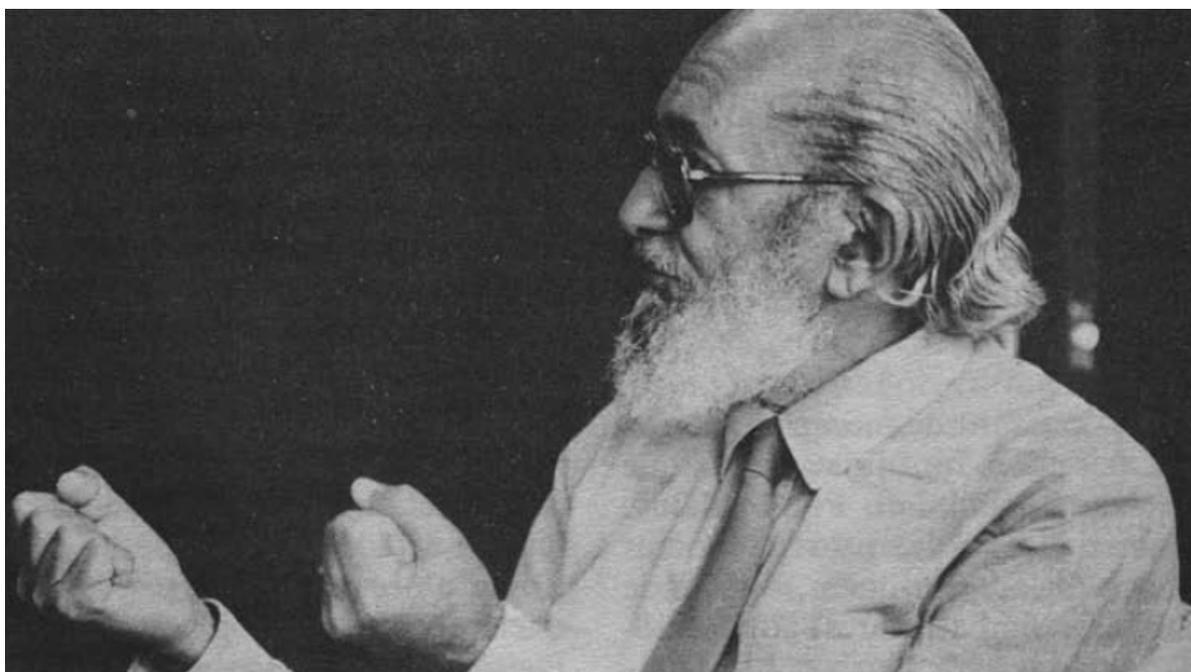


menos. Pode ou deve ser quebrada essa relação de poder?

PAULO — A gente deve partir da seguinte afirmação: o educador é diferente do educando. Até mesmo do ponto de vista da sua chegada ao mundo. Em geral, eles pertencem a gerações diferentes. Essa diferença de tempo e de chegada tem de ver com o saber de experiência feito e com o saber sistematizado, que se supõe que seja adquirido na Universidade, na prática, na escolarização. Então, evidentemente, a própria estrutura da organização da escola dá ao educador um conjunto de responsabilidades e deveres diferentes das responsabilidades e deveres do educando. Dizer que o educador é igual ao educando é, na melhor das hipóteses, demagogia.

O problema que eu me coloco agora é: até que ponto essa diferença pode e deve constituir-se numa diferença de opostos sem que isso, porém, signifique que eu esteja pretendendo fazer uma análise de classes entre o educador e o educando. O que eu quero dizer com isso é que eu sou diferente dos educandos, mas eu não sou proprietário deles.

Mas, a partir dessa diferença, eu tenho uma autoridade indiscutível diante da liberdade dos educandos, o que gera uma relação tensa. Essa diferença se alia a uma opção política, não só pedagógica. É uma opção em favor das classes sociais oprimidas, para a transformação radical da sociedade, no sentido de inventá-la de novo a fazê-la uma sociedade menos injusta. Se essa é a minha opção, eu não posso permitir que, na relação diferente entre mim e o educando, eu transforme a minha autoridade em autoritarismo e castre a curiosidade do educando, em nome da sua formação.



EDISON — Um tema ligado à educação e à política é o tema da eficiência. Os nossos partidos e a nossa educação estão voltados para a competição e para a eficiência. Como você pensa essa questão?



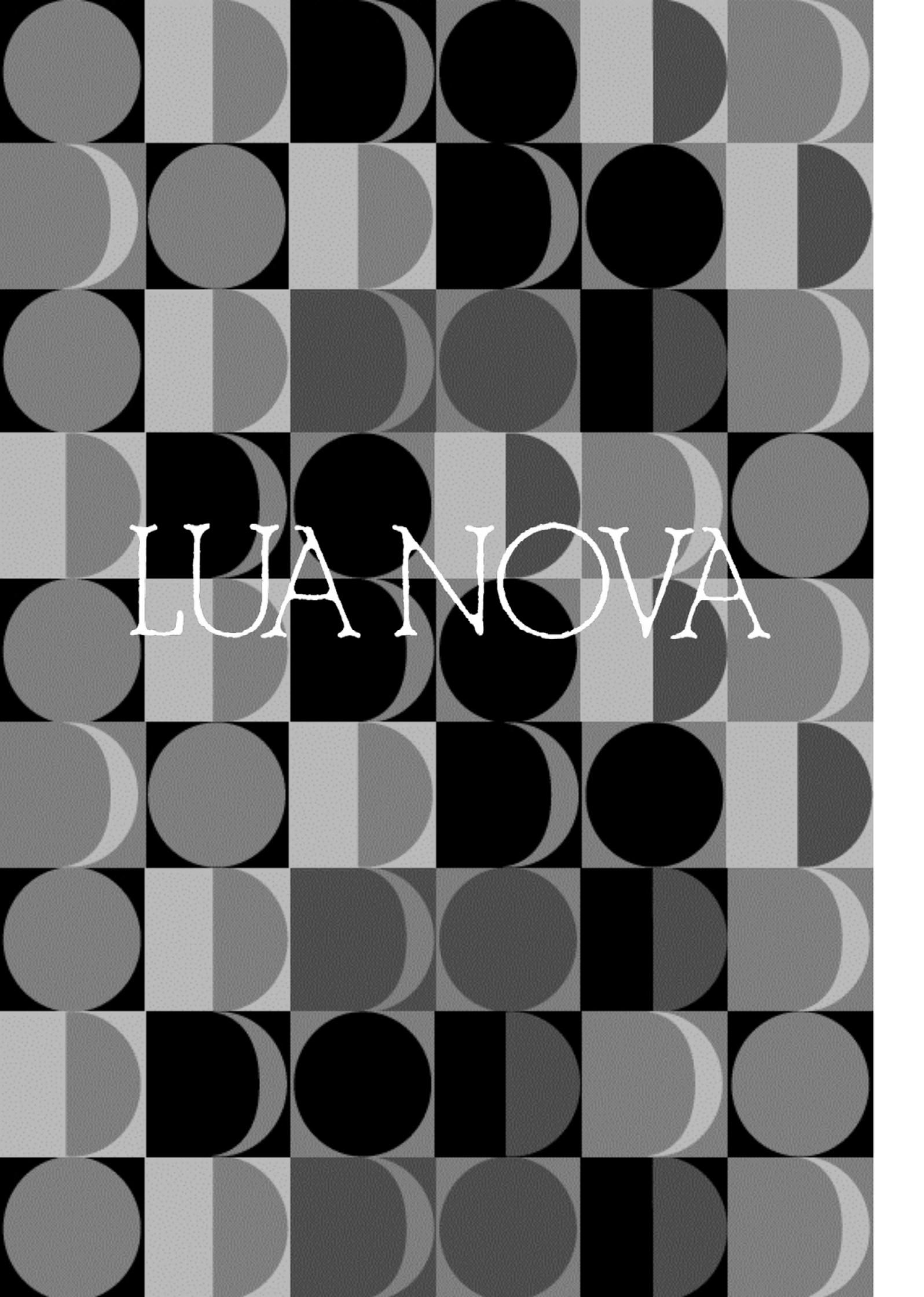
PAULO — O político que não busque a eficiência está fadado a não fazer nada. Como qualquer um de nós. O problema é saber que eficiência é essa. Eficiência em torno de quê? Em favor de quem? E como, como ser eficiente?

Para mim, a eficiência política de um homem ou uma mulher de esquerda passa pela sua compreensão e pela sua comunhão com as massas populares. Eu diria mesmo que negar a comunhão com as massas populares, em nome da eficiência, é defender a eficiência de quem pretende fazer a transformação para as massas populares, de cima para baixo. Assim como eu não aceito esse tipo de transformação revolucionária, eu não aceito esse tipo de eficiência.

Entretanto, eu não quero deixar aqui a impressão de que eu acho que uma liderança tem de consultar as massas todo dia para saber o que fazer no processo de andamento revolucionário. Isso seria mesmo impossível. A liderança revolucionária tem de se obrigar a criar em si mesma algumas qualidades especiais. Por exemplo: a intuição, a sensibilidade histórica, a capacidade de prever, de sonhar a fantasia. Até do ponto de vista do conhecimento, a fantasia é uma espécie de antecipação do que pode ser um conhecimento de amanhã.

Como disse um dia Amílcar Cabral, o grande líder da libertação da Guiné-Bissau: "Ai do revolucionário que não sonha!" E acrescentou: "O problema apenas é saber se sonha um sonho possível. Além disso, ele precisa saber se é capaz de lutar para realizar o sonho. Fora disso: ai do revolucionário que não sonha!"

Essa sensibilidade à flor da pele, essa capacidade de sonhar, de fantasiar, de conhecer quase adivinhando os anseios das massas populares são virtudes que o revolucionário tem de criar. É preciso viver essas coerências. É o político que é educador e o educador que é político.



LUANNOVA